



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO



Secretaria de Controle Externo de
Administração Estadual - 2019

**Relatório de Contas Anuais de
Gestão da Defensoria Pública
do Estado de Mato Grosso
(DEFENSORIA/MT)
referente ao exercício de 2018**

**DEFENSORIA
PÚBLICA**

L:\2018\ÁREA TÉCNICA\Defensoria Pública\Contas de Gestão\83216-2019rel.pre.docx



Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	5
3. MENSURAÇÃO DO ALCANCE DA FISCALIZAÇÃO	14
3.1. Volume de Recursos Fiscalizados (VRF)	14
3.2. Benefícios Estimados da Fiscalização	14
4. PERFIL DA ENTIDADE	15
4.1. Marco Legal	15
4.2. Estrutura Administrativa	17
4.3. Identidade Organizacional, Estratégias, Planos e Indicadores	21
4.4. Cadastro de Responsáveis	39
5. EXAME DOS ATOS DE GESTÃO	41
5.1. Análise Orçamentária e dos Demonstrativos Contábeis	41
5.1.1. Lei Orçamentária Anual	41
5.1.2. Movimentações ocorridas no exercício – Créditos Adicionais	42
5.1.3. Balanço Orçamentário	44
5.1.4 Balanço Financeiro	53
5.1.5. Balanço Patrimonial	61
5.1.6. Bens móveis e imóveis	63
5.1.7 Transporte	65
5.2. Pontos de Controle Selecionados	66



5.2.1. Controle interno	66
5.2.2. Prestação de contas	71
5.3. Outras informações relevantes	71
5.3.1 Diárias.....	71
5.3.2. Adiantamentos	74
5.4. Item informativo.....	76
5.4.1 Licitações e Contratos	76
6. PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO INSTAURADOS	85
6.1 Denúncia	85
6.2 Representações	86
6.3 Tomada de contas	86
7. POSTURA ANTE OS ALERTAS, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE-MT	86
8. CONCLUSÃO.....	87
9. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	88



PROCESSO	:	83216/2019
PRINCIPAL	:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO	:	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL
DESCRIÇÃO	:	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018
GESTOR	:	SILVIO JEFERSON DE SANTANA – DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
FASE PROCESSUAL	:	RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR
RELATOR	:	CONSELHEIRO INTERNO JOÃO BATISTA DE CAMARGO JÚNIOR
EQUIPE TÉCNICA	:	MARILENE DIAS DE OLIVEIRA SILVANO ALEX ROSA DA SILVA

RELATÓRIO TÉCNICO

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao Ofício nº 818/2019/GCI/JBC e à Ordem de Serviço nº 006039/2019 (documento digital nº 189579/2019, fls. 1 e 2), emitida nos termos do artigo 27 da Resolução Normativa do TCE-MT nº 15/2016-TP, em atendimento ao inciso II do artigo 71 da Constituição Federal, ao artigo 47, inciso II da Constituição Estadual, bem como ao artigo 1º, inciso II da Lei Complementar nº 269/2007, apresenta-se o Relatório Técnico Preliminar das Contas Anuais de Gestão da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 2018.

Este relatório foi elaborado com base nas informações prestadas a este Tribunal de Contas por meio dos processos físicos, das informações extraídas dos sistemas informatizados da entidade, das publicações nos órgãos oficiais de imprensa e outras obtidas em inspeção *in loco*, abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e



economicidade.

Registra-se que a matriz disponível no ambiente virtual deste Tribunal e as regras de competência de atuação, definidas na Resolução Normativa nº 7/2018 – TP do TCE – MT, notadamente as que instituíram o caráter residual da Secretaria de Controle Externo da Administração Estadual nortearam a elaboração deste relatório, conforme a seguir:

Define a estrutura e as atribuições da área técnica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

(...)

Seção IV

Das Secretarias de Controle Externo

Art. 11. As secretarias de controle externo, previstas no art. 4º, IV a XII, têm por finalidade realizar trabalhos de fiscalização dentro de suas áreas específicas de atuação, de acordo com o Anexo Único desta norma.

ANEXO ÚNICO

8. SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

8.1 Competência

Fiscalização dos atos de gestão das organizações públicas estaduais de Mato Grosso não alcançadas pela atuação das demais Secex. (original sem negrito),

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A fiscalização foi realizada no período de 19/7/2019 a 13/9/2019 na sede da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e no Tribunal de Contas com observância às normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à administração pública, bem como aos critérios contidos na legislação vigente.

Para análise da execução da despesa da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do exercício de 2018, foi utilizado o procedimento de amostragem probabilística Aleatória Simples, considerando-se as ocorrências de maior representatividade financeira, bem como, aquelas que mereceram análise por critério de julgamento desta equipe de auditoria.



Integraram a amostra analisada as seguintes despesas:

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ANALISADAS

CREDOR	NOB Nº.	DATA DA NOB	VALOR R\$
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	18.003475-0	16/5/2018	16.011,55
	18.005636-3	20/7/2018	18.639,18
	18.006907-4	19/9/2018	23.166,74
	18.007980-0	19/9/2018	14.402,60
Prefeitura Municipal de Cuiabá	18.001946-8	16/3/2018	22,75
	18.001961-1	16/3/2018	25,22
	18.001952-2	16/3/2018	65,40
	18.001950-6	16/3/2018	140,82
	18.001958-1	16/3/2018	213,07
	18.001962-1	16/3/2018	378,76
	18.001989-1	23/3/2018	129,54
	18.003481-5	16/5/2018	323,17
	18.003937-1	24/5/2018	109,55
	18.003938-8	24/5/2018	344,30
	18.004075-0	5/6/2018	261,00
Banco do Brasil	18.000011-2	5/2/2018	153.690,99
	18.003394-0	30/4/2018	5.009,45
	18.006676-8	30/8/2018	710,60
	18.008692-0	6/11/2018	3.333,00
	18.008974-1	4/12/2018	790,71
Departamento de Água e Esgoto - VG	18.003189-1	27/4/2018	637,20
	18.007322-5	27/9/2018	689,40
	18.008113-9	31/10/2018	663,30
	18.009494-1	18/12/2018	611,10
Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Mato Grosso	18.001048-7	28/2/2018	127.552,50
Viveiros Centro Oeste Ltda	18.003935-3	24/5/2018	2.676,15
	18.003939-6	24/5/2018	8.675,00
Dismeq Com. Imp. de Maq. para Escritório Ltda.	18.001051-7	28/2/2018	4.640,00
	18.003182-4	26/4/2018	1.900,00
	18.004647-3	25/6/2018	18.271,50
Milanflex Indústria e Comércio de Móveis e Equipamentos Ltda.	18.009221-1	5/12/2018	3.600,00
Centro de Integração Empresa Escola	18.003203-0	27/4/2018	135.207,95
	18.004119-6	6/6/2018	137.375,17
	18.004831-1	6/7/2018	140.003,68
	18.008693-9	7/11/2018	158.407,65
	18.009214-9	5/12/2018	150.151,75
	18.009517-2	19/12/2018	143.776,09
Tawfiq's Palace Hotel Ltda.	18.001591-8	8/3/2018	4.900,07
	18.001586-1	8/3/2018	4.900,07
	18.003873-1	22/5/2018	4.937,72



CREDOR	NOB Nº.	DATA DA NOB	VALOR R\$
Distribuidora Alimentos Rio Branco Ltda.	18.001863-1	13/3/2018	2.390,00
	18.004170-6	8/6/2018	15.267,50
OI S A	18.000373-1	1º/2/2018	32.289,39
	18.000388-1	1º/2/2018	30.525,08
	18.000966-7	19/2/2018	30.915,89
	18.002677-4	12/4/2018	32.007,99
	18.004240-0	14/6/2018	24.220,34
	18.004244-3	14/6/2018	42.607,92
	18.004961-8	12/7/2018	41.708,40
	18.004184-6	11/6/2018	26.613,01
M.T.M Construções Ltda.	18.004186-2	11/6/2018	26.913,92
	18.004183-8	11/6/2018	27.961,35
	18.004181-1	11/6/2018	26.028,34
	18.006140-5	14/8/2018	26.613,01
	18.000396-0	1º/2/2018	4.589,38
Paiguás Participações Admin. Ltda.	18.000689-7	1º/2/2018	8.495,13
	18.000314-6	1º/2/2018	22.773,79
	18.002064-4	3/4/2028	12.981,60
Amplus Gestão e Automação Ltda.	18.003285-5	4/5/2018	12.981,60
	18.003198-0	27/4/2018	4.897,23
Pizzatto Materiais Elétricos Ltda.	18.009628-4	28/12/2018	2.974,71
Transamérica Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	18.009574-1	28/12/2018	3.049,74
	18.001537-3	9/3/2018	12.113,24
Eliane Leão Ormond de Campos	18.003387-8	8/5/2018	12.113,24
	18.009390-0	17/12/2018	13.057,43
	18.004103-1	5/6/2018	10.086,00
Coxipó Materiais Elétricos Ltda. – ME – Luz & Cia	18.004252-4	15/6/2018	2.983,00
	18.007998-3	23/10/2018	1.402,20
	18.007982-7	23/10/2018	58,80
	18.007983-5	23/10/2018	1.599,47
	18.007988-6	23/10/2018	151,80
	18.004778-1	3/7/2018	1.181,46
Casa da Moeda do Brasil	18.006795-0	5/9/2018	590,73
	18.006800-0	5/9/2018	47,73
	18.006794-2	5/9/2018	371,19
	18.004649-1	25/6/2018	10.519,98
VR Climatização e Comércio de Ar Condicionado Ltda. - EPP	18.006820-5	11/9/2018	9.540,00
Simone Cristina Rodrigues - ME	18.005145-0	18/7/2018	19.699,26
W & M Publicidade Ltda. - EPP	18.001252-8	6/3/2018	336,30
Mérito Empreendimentos Ltda.	18.001579-9	8/3/2018	5.443,81
	18.002054-7	2/4/2018	5.443,81
	18.003479-3	16/5/2018	5.420,03
	18.004225-7	12/6/2018	5.420,03
Marmeleiro Auto Posto Ltda.	18.001594-2	12/3/2018	4.209,11
	18.003461-0	16/5/2018	6.693,00
ATI Comércio de Móveis e Informática Ltda. - ME	18.005765-3	26/7/2018	15.633,95
	18.005759-9	26/7/2018	5,00
MEM Tecnologia Eirelli - EPP	18.003483-1	17/5/2018	3.472,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

CREDOR	NOB Nº.	DATA DA NOB	VALOR R\$
Studio Comércio Atacadista de Produtos de Informática Ltda.	18.003946-9	30/5/2018	6.210,00
Luís Cesar Kawasaki & Cia Ltda. EPP	18.000627-7	5/2/2018	18.515,00
	18.001593-4	8/3/2018	18.515,00
	18.001543-8	9/3/2018	19.138,04
	18.002009-1	26/3/2018	19.138,04
MB Terceirização e Serviços Ltda.	18.001816-1	13/3/2018	4.687,20
	18.001819-4	13/3/2018	2.343,59
	18.001823-2	13/3/2018	2.535,94
	18.001826-7	13/3/2018	2.323,54
	18.001880-9	13/3/2018	2.332,54
	18.001884-4	13/3/2018	18.576,93
	18.001852-6	13/3/2018	2.147,13
	18.001832-1	13/3/2018	2.147,13
MB Terceirização e Serviços Ltda.	18.001897-6	13/3/2018	2.332,33
	18.001871-2	13/3/2018	2.333,80
	18.001873-9	13/3/2018	2.332,33
	18.001879-8	13/3/2018	2.380,87
	18.001876-3	13/3/2018	2.332,33
	18.001894-1	13/3/2018	2.343,59
	18.001825-9	13/3/2018	2.380,87
	18.001835-6	13/3/2018	2.147,13
	18.001827-5	13/3/2018	2.380,87
	18.001853-4	13/3/2018	2.343,59
	18.001885-2	13/3/2018	4.647,10
	18.001887-9	13/3/2018	2.558,63
	18.001838-0	13/3/2018	2.380,87
	18.001840-2	13/3/2018	2.332,33
	18.001848-8	13/3/2018	2.451,40
	18.001862-3	13/3/2018	4.761,72
	18.001866-6	13/3/2018	2.147,13
	18.002608-1	10/4/2018	2.558,63
	18.002626-1	10/4/2018	2.147,13
	18.002636-7	10/4/2018	4.761,72
	18.002612-1	10/4/2018	2.343,59
	18.002622-7	10/4/2018	4.687,20
	18.002642-1	10/4/2018	2.343,59
	18.002569-7	10/4/2018	2.323,14
	18.002571-9	10/4/2018	2.332,33
	18.002647-2	10/4/2018	2.147,13
	18.002599-9	10/4/2018	2.323,54
	18.002575-1	10/4/2018	2.147,13
	18.002577-8	10/4/2018	2.380,87
	18.002574-3	10/4/2018	2.535,94
	18.002586-7	10/4/2018	4.647,10
	18.002598-0	10/4/2018	2.333,80
	18.002644-8	10/4/2018	2.332,33
	18.002654-5	10/4/2018	18.576,93



CREDOR	NOB Nº.	DATA DA NOB	VALOR R\$
	18.002605-7	10/4/2018	2.380,87
	18.002645-6	10/4/2018	2.380,87
	18.002632-4	10/4/2018	2.343,59
	18.002614-6	10/4/2018	2.332,33
	18.002629-4	10/4/2018	2.451,40
	18.002633-2	10/4/2018	2.332,33
	18.002655-3	10/4/2018	2.147,13
	18.002658-8	10/4/2018	2.332,33
Pantanal Vigilância e Segurança Ltda.	18.003231-6	4/5/2018	14.492,26
	18.003205-7	4/5/2018	13.331,05
	18.003283-9	4/5/2018	6.689,92
	18.003262-6	4/5/2018	13.331,05
Emplaca Serviços de Comunicação Visual Ltda.	18.003478-5	16/5/2018	8.936,83
Gráfica Print Industria e Editora Ltda - ME	18.004076-9	5/6/2018	4.959,00
Josias Viana da Silva - ME	18.000623-4	5/2/2018	7.211,67
	18.000635-8	5/2/2018	4.169,16
	18.003381-9	8/5/2018	11.967,00
	18.003368-1	8/5/2018	626,00
	18.004206-0	11/6/2018	13.113,00
	18.000331-6	1º/2/2018	35.127,38
Copysystems – Copiadoras Sistemas e Serviços Ltda.	18.000334-0	1º/2/2018	6.862,79
	18.001244-7	5/3/2018	40.013,63
	18.001621-3	12/3/2018	38.805,81
	18.007309-8	26/9/2018	73.326,03
	18.001854-2	13/3/2018	7.022,36
Propag Turismo Ltda. - EPP	18.002486-0	5/4/2018	2.978,44
	18.005175-2	19/7/2018	1.871,70
	18.005875-7	1º/8/2018	26.028,34
RM Investimentos e Participações Ltda.	18.005871-4	1º/8/2018	27.961,35
	18.006292-4	24/8/2018	26.028,34
	18.006286-1	24/8/2018	27.961,35
	18.006293-2	24/8/2018	26.613,01
	18.006288-6	24/8/2018	26.613,01
	18.009362-5	13/12/2018	2.375,59
Trunk Serviços Gerais Ltda.	18.009505-9	13/12/2018	71.267,78
	18.009598-9	28/12/2018	28.726,07
	18.009616-0	28/12/2018	19.137,32
	18.009585-7	28/12/2018	23.404,39
	18.004249-4	15/6/2018	44,55
Eletro Fios Materiais Elétricos Ltda	18.009173-8	3/12/2018	2.018,18
Petel Materiais de Construção Ltda.	18.004251-6	15/6/2018	3.497,04
3M Comércio de Materiais de Construção e Equipamentos Ltda - ME	18.007999-1	23/10/2018	701,40
Valdenir Luiz Pereira	18.001618-3	12/3/2018	1.055,00
	18.006808-6	11/9/2018	1.800,00
	18.008943-1	30/11/2018	625,00
	18.001982-4	22/3/2018	1.042,70



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

CREDOR	NOB Nº.	DATA DA NOB	VALOR R\$
Juliano Botelho de Arruda	18.001900-1	14/3/2018	1.400,00
	18.004715-1	28/6/2018	1.280,00
Marcus Vinicius Esbalqueiro	18.006659-8	27/8/2018	1.280,00
	18.002698-7	16/4/2018	1.280,00
Jacqueline Gevizier Rodrigues de Almeida	18.004959-6	12/7/2018	1.280,00
Janaina Yumi Osaki	18.005024-1	16/7/2018	1.200,00
	18.007895-2	15/10/2018	1.200,00
	18.009384-6	14/12/2018	1.200,00
Giovanna Marielly da Silva Santos	18.006002-6	6/8/2018	1.000,00
Shalimar Bencice	18.006029-8	8/8/2018	2.020,00
Paulo José Martins Grama	18.006161-8	15/8/2018	2.000,00
	18.003188-3	27/4/2018	2.000,00
Mauro César Duarte Filho	18.006174-1	16/8/2018	1.010,00
Claudinea Santos de Queiroz	18.002662-6	11/4/2018	1.800,00
Ubirajara Vicente Luca	18.006833-7	10/9/2018	1.260,00
Denis Thomaz Rodrigues	18.006817-5	11/9/2018	1.280,00
Maicom Alan Fraga Vendruscolo	18.006812-4	11/9/2018	1.500,00
Guilherme Ribeiro Rigon	18.008005-1	24/10/2018	1.280,00
Adriana da Silva Rodrigues	18.007826-1	8/10/2018	1.860,00
Leandro Fabris Neto	18.007908-8	16/10/2018	1.280,00
Vinicius William Ishy Fuzaro	18.008792-7	14/11/2018	1.950,00
Ana Lúcia Gonçalves Bandeira Duarte	18.008843-5	26/11/2018	1.270,00
	18.009238-6	6/12/2018	1.590,00
Tânia Luzia Vizeu Fernandes	18.009310-2	12/12/2018	2.000,00
Eduardo Mesquita Gibrail	18.003942-6	24/5/2018	840,00
	18.001605-1	12/3/2018	840,00
Diego Rodrigues Costa	18.001975-1	20/3/2018	640,00
Gisele Chimatti Berna	18.002665-0	11/4/2018	500,00
Odonias Franca de Oliveira	18.002702-9	16/4/2018	600,00
Bruna de Paiva	18.003384-3	8/5/2018	800,00
Alex Campos Martins	18.006684-9	29/8/2018	2.400,00
Amanda Vasconcelos Dare	18.005896-1	3/8/2018	1.125,00
	18.007837-5	9/10/2018	1.375,00
Daniel Rodrigo de Souza Pinto	18.009635-7	28/12/2018	2.400,00
	18.008898-2	30/11/2018	3.600,00
Fernando Ciscato Bastos	18.006847-7	10/9/2018	2.016,90
Gisele Chimatti Berna	18.000683-8	8/2/2018	5.250,00
	18.008961-1	30/11/2018	1.800,00
	18.006834-5	10/9/2018	2.016,90
Jacqueline Gevizier Rodrigues de Almeida	18.000685-4	8/2/2018	5.600,00
	18.004077-7	5/6/2018	1.857,60
José Edir de Arruda Martins Júnior	18.000686-2	8/2/2018	5.250,00
	18.008840-0	26/11/2018	3.900,00
Jumar Alves Senabio	18.006657-1	27/8/2018	1.625,00
Jéssica Duarte Maffini	18.008010-8	24/10/2018	1.350,00
Lúcio Andrade Hilário do Nascimento	18.001243-9	5/3/2018	3.150,00
	18.006177-4	16/8/2018	1.350,00
Maicom Alan Fraga Vendruscolo	18.006836-1	10/9/2018	2.016,90



CREDOR	NOB Nº.	DATA DA NOB	VALOR R\$
Marcelo Luiz Nunes de Moraes	18.000989-6	23/2/2018	1.375,00
	18.005744-0	24/7/2018	1.375,00
	18.005766-1	26/7/2018	3.125,00
Milena Rondon Freire da Silva	18.006762-4	3/9/2018	2.000,00
Nicolas Andres Vico Sierra	18.008727-7	9/11/2018	1.800,00
Rosana Esteves Monteiro	18.003936-1	24/5/2018	1.400,00
Tiago Paludo	18.005739-4	24/7/2018	1.375,00
	18.005764-5	26/7/2018	3.125,00
Valter José da Costa	18.005754-8	26/7/2018	2.500,00
Wagner Gomes dos Santos	18.005747-5	25/7/2018	1.375,00
Willyan Luis Almeida dos Santos	18.005761-0	26/7/2018	3.125,00
Total			2.870.396,31

Fonte: FIP 680 – Pagamentos Efetuados por Credor – Empenhos e Liquidações fls. 1/731 - documento digital nº 204596/2019.

No exercício de 2018, a despesa total empenhada perfaz o montante de R\$ 123.384.082,43, a liquidada R\$ 121.509.081,96 e a paga R\$ 112.896.298,16, conforme quadro abaixo:

10101 – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADA R\$	LIQUIDADA R\$	PAGA R\$
3.000.00000	DESPESAS CORRENTES	122.242.173,76	120.871.730,09	112.389.142,14
3.100.00000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	93.677.845,60	93.677.845,60	85.599.678,20
3190.00000	Aplicações Diretas	93.677.845,60	93.677.845,60	85.599.678,20
3190.01000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	3.091.144,47	3.091.144,47	3.091.144,47
3190.11000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	87.048.124,02	87.048.124,02	79.244.565,97
3190.13000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.530.837,71	3.530.837,71	3.256.228,36
3190.92000	PAGAMENTO DE PESSOAL EXERCÍCIO ANTERIOR	3.143,08	3.143,08	3.143,08
3190.96000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	4.596,32	4.596,32	4.596,32
3300.00000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.564.328,16	27.193.884,49	26.789.463,94
3390.00000	Aplicações Diretas	28.423.011,94	27.128.497,58	26.732.906,02
3390.14000	DIÁRIAS - CIVIL	284.506,00	284.506,00	284.506,00
3390.30000	MATERIAL DE CONSUMO	471.923,81	315.785,49	301.336,66
3390.33000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	53.305,22	53.305,22	53.305,22

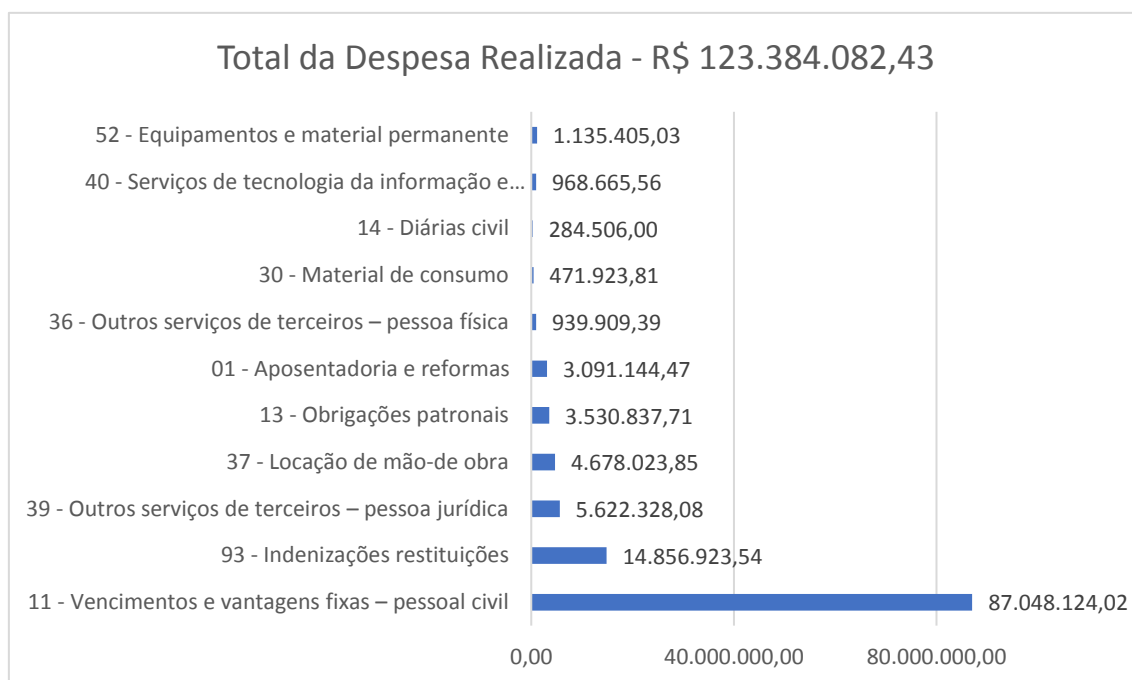


CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADA R\$	LIQUIDADADA R\$	PAGA R\$
3390.36000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	939.909,39	929.790,01	875.893,94
3390.37000	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	4.678.023,85	4.252.216,48	4.012.828,87
3390.39000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.622.328,08	4.976.265,43	4.923.013,01
3390.40000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	968.665,56	912.278,92	878.260,29
3390.41000	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
3390.47000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	12.442,26	12.442,26	11.854,26
3390.92000	DESPESAS CORRENTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	534.984,23	534.984,23	534.984,23
3390.93000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.856.923,54	14.856.923,54	14.856.923,54
3391.00000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	141.316,22	65.386,91	56.557,92
3391.40000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	141.275,87	65.346,56	56.517,57
3391.47000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	40,35	40,35	40,35
4000.00000	DESPESA DE CAPITAL	1.141.908,67	637.351,87	507.156,02
4400.00000	INVESTIMENTOS	1.141.908,67	637.351,87	507.156,02
4490.00000	Aplicações Diretas	1.141.908,67	637.351,87	507.156,02
4490.39000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.179,72	1.179,72	1.179,72
4490.47000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	1,18	1,18	1,18
4490.52000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.135.405,03	630.848,23	500.652,38
4490.92000	DESPESAS COM EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.322,74	5.322,74	5.322,74
TOTAL UO 10101:		123.384.082,43	121.509.081,96	112.896.298,16

FIP 617 - Resumo de Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária fls.732/733 - documento digital nº 204596/2019.



Apresenta-se, no gráfico a seguir, a despesa realizada por elemento de despesa:



O gráfico acima demonstra as despesas realizadas pela Defensoria Pública, sendo os gastos mais elevados: Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, R\$ 87.048.124,02, equivalente a 70,55%; Indenizações e restituições, R\$ 14.856.923,54, correspondente a 12,04%; Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, R\$ 5.622.328,08, igual a 4,56%; Locação de mão de obra, R\$ 4.678.023,85, equivalente a 3,79%; Obrigações patronais, R\$ 3.530.837,71, correspondente a 2,86%; Aposentadoria e reformas, R\$ 3.091.144,47, igual a 2,51%; Outros serviços de terceiros – pessoa física, R\$ 939.909,39, equivalente a 0,76%; Material de consumo, R\$ 471.923,81, igual a 0,38%; Diárias, R\$ 284.506,00, correspondente a 0,23%; Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica, R\$ 968.665,56, igual a 0,79% e as despesas de capital – Equipamentos e material



permanente, R\$ 1.135.405,03, correspondente a 0,92%. Estes percentuais se referem ao total executado.

3. MENSURAÇÃO DO ALCANCE DA FISCALIZAÇÃO

3.1. Volume de Recursos Fiscalizados (VRF)

O volume dos recursos fiscalizados (VRF) da Defensoria Pública no exercício de 2018 foi de R\$ 2.870.396,31, encontra-se evidenciado no item 2 – Aspectos metodológicos que corresponde a 19,33% das despesas realizadas, excluído as despesas com pessoal e encargos sociais e as indenizações e restituições, conforme dispõe a Resolução Normativa nº 7/2018 – TP, item 8.1.

3.2. Benefícios Estimados da Fiscalização

Com relação aos benefícios efetivados, durante a ação de controle por iniciativa dos gestores, e antes da deliberação do Tribunal, conforme determina o art. 3º, I, b, c/c o art. 2º, I, todos, da Resolução Normativa do TCE-MT nº 9/2013, bem como o art. 26 da Resolução Normativa do TCE-MT nº 15/2016-TP, não se tem conhecimento de alguma providência tomada pelo gestor até a elaboração deste relatório, caso o responsável entendesse necessário efetuar-las.



4. PERFIL DA ENTIDADE

4.1. Marco Legal

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, é regida pelas seguintes legislações:

- Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994 – organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências;
- Lei Complementar Estadual nº 146, de 29 de dezembro de 2003 – dispõe sobre a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, regula a sua organização, as atribuições e funcionamento dos seus órgãos e dispõe sobre a carreira de seus membros;
- Lei Complementar nº 604, de 29 de junho de 2018 – altera o art. 179 da Lei Complementar nº 146, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências;
- Lei Complementar Estadual nº 608, de 5 de dezembro de 2018 – altera dispositivos da Lei Complementar nº 146, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências;



- Lei nº 8.572, de 31 de outubro de 2006 – dispõe sobre a criação da carreira dos Profissionais de apoio técnico-administrativo da Defensoria Pública, fixa os valores dos subsídios, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 10.773, de 5 de dezembro de 2018;
- Lei nº 8.581, de 13 de novembro de 2006 – dispõe sobre o pagamento de verbas indenizatórias no âmbito da Defensoria Pública do Estado;
- Lei nº 8.831, de 24 de janeiro de 2008 – dispõe sobre a criação de cargos no quadro da carreira dos profissionais de apoio técnico-administrativo da Defensoria Pública do Estado. Revogada pela Lei nº 10.773, de 5 de dezembro de 2018;
- Lei nº 9.243, de 18 de novembro de 2009 – dispõe sobre o pagamento de anuidade da Ordem dos Advogados do Brasil pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso aos Defensores Públicos em efetivo exercício;
- Lei nº 10.529, de 28 de março de 2017 – Cria cargos de Assistente Jurídico no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, altera a Lei nº 8.831, de 24 de janeiro de 2008 e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 10.773, de 5 de dezembro de 2018;
- Lei nº 10.773, de 5 de dezembro de 2018 – dispõe sobre a Estrutura Organizacional, o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras de Apoio Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências;
- Lei nº 10.832, de 14 de fevereiro de 2019 – Altera o Anexo II - Quadro de Provimento em Comissão, da Lei nº 10.773, de 5 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional, o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras de Apoio Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 5/2011/DPG, de 28 de junho de 2011 – dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;



- Instrução Normativa nº 4/2018-DPG de 6 de março de 2018 – regulamenta o Sistema de Controle Interno no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências;
- Resolução nº 55/2012/CSDP – Cria o Fundo de Aperfeiçoamento Jurídico da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso – Funadep.

4.2. Estrutura Administrativa

A organização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso foi estabelecida no artigo 6º da Lei Complementar nº 146, de 29 de dezembro de 2003, com a seguinte composição:

Item	Nomenclatura
I –	Órgãos de Administração Superior
	Defensoria Pública-Geral do Estado
	Subdefensoria Pública-Geral do Estado
	Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado
	Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado
II –	Órgãos de Atuação
	Defensoria Pública do Estado
	Núcleos da Defensoria Pública do Estado

Fonte: Lei Complementar nº 146/2003, de 29/12/2003, publicada na mesma data: www.iomat.mt.gov.br

A estrutura organizacional da Defensoria Pública foi alterada por meio da Lei nº 10.773, de 5/12/2018, conforme estabelecida no artigo 5º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, a qual constitui-se das seguintes unidades:

Item	Nomenclatura
I –	Administração Superior
II –	Órgãos de atuação - Execução Programática
III –	Órgãos Auxiliares
IV –	Órgãos de atuação - Administração Sistêmica



Item	Nomenclatura
A Administração Superior é composta da seguinte forma	
I –	Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado
a)	Assessoria-Chefia de Gabinete
b)	Assessoria Especial
c)	Assessoria Jurídica
d)	Assessoria Técnica
e)	Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional
f)	Cerimonial e Eventos Institucionais
g)	Unidade de Controle Interno
1)	Controlador Interno
h)	Unidade de Apoio à Gestão Estratégica
i)	Unidade de Inteligência e Segurança Institucional
II –	Gabinete do Primeiro Subdefensor Público-Geral
a)	Assessoria Especial
b)	Assessoria Jurídica
III –	Gabinete do Segundo Subdefensor Público-Geral
a)	Assessoria Especial
b)	Assessoria Jurídica
c)	Assessoria Técnica de Assuntos Interdisciplinares
IV –	Gabinete do Corregedor-Geral
a)	Assessoria-Chefia de Gabinete
b)	Assessoria Jurídica
c)	Assessoria Técnica
d)	Secretaria da Corregedoria-Geral
1)	Secretário da Corregedoria-Geral
2)	Analista Advogado
3)	Técnico Administrativo
V –	Gabinete da Primeira Subcorregedoria-Geral
a)	Assessoria Jurídica
b)	Assessoria Técnica
VI –	Gabinete da Segunda Subcorregedoria-Geral
a)	Assessoria Jurídica
b)	Assessoria Técnica
VII	Conselho Superior da Defensoria Pública
a)	Assessoria Técnica
b)	Secretaria do Conselho Superior
Os órgãos de Execução Programática compõem as Atividades Institucionais da Defensoria Pública	
I	Defensorias Públicas de Segunda Instância
a)	Assessoria Jurídica
II –	Defensorias Públicas de Primeira Instância
a)	Assessoria Jurídica
III –	Núcleos da Defensoria Pública de Segunda Instância
a)	Técnico Administrativo
IV –	Núcleos da Defensoria Pública de Primeira Instância
a)	Técnico Administrativo



Item	Nomenclatura
Os Órgãos Auxiliares da Defensoria Pública são compostos da	
I –	Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública
a)	Assessoria Técnica
b)	Assessoria Jurídica
II –	Escola Superior da Defensoria Pública
a)	Assessoria Técnica
b)	Secretaria da Escola Superior da Defensoria Pública
Os órgãos de Administração Sistêmica compõem os Serviços de Apoio Administrativo à Atividade Institucional, área meio:	
I –	Secretaria Executiva de Administração da Defensoria Pública do Estado
a)	Assessoria Jurídica
b)	Assessoria Técnica
c)	Assessoria Jurídica Sistêmica
d)	Comissão de Licitação
e)	Comissão de Pregão
f)	Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional
g)	Comissão de Tomada de Contas Especial
II –	Diretoria-Geral
a)	Assessoria Técnica
III –	Coordenadoria de Gestão Funcional
a)	Gerência de Registros e Informações Funcionais
b)	Gerência de Desenvolvimento Funcional e Qualidade de Vida
c)	Gerência de Folha de Pagamento
IV –	Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
a)	Gerência de Programação e Execução Orçamentária
b)	Gerência Financeira
c)	Gerência de Contabilidade
d)	Gerência de Prestação de Contas
V –	Coordenadoria de Gestão de Convênios e Parcerias
a)	Gerência de Elaboração de Instrumentos de Convênios e Parcerias
b)	Gerência de Execução e Prestação de Contas de Convênios e Parcerias
VI –	Coordenadoria Administrativa Sistêmica
a)	Gerência de Protocolo e Arquivo de Documentos
b)	Gerência de Almoxarifado e Patrimônio Mobiliário
c)	Gerência de Patrimônio Imobiliário e Gestão de Serviços
d)	Gerência de Relacionamento e Suporte aos Núcleos da Defensoria Pública
e)	Gerência de Transporte e Apoio Logístico
VII –	Coordenadoria de Aquisições e Contratos
a)	Gerência de Compras
b)	Gerência de Licitações
c)	Gerência de Contratos
VIII –	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
a)	Gerência de Sistemas de Tecnologia da Informação
b)	Gerência de Suporte Técnico em Tecnologia da Informação
IX –	Coordenadoria de Infraestrutura Física
a)	Gerência de Projetos Estruturais



Item	Nomenclatura
b)	Gerência de Manutenção, Obras e Reformas
c)	Assessoria de Infraestrutura Física

Fonte: Lei Estadual nº 10.773 de 5/12/2018, publicada na mesma data: www.iomat.mt.gov.br

A seguir apresenta-se o Organograma da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso:





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

4.3. Identidade Organizacional, Estratégias, Planos e Indicadores

Destaca-se que a Defensoria Pública é "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

A Constituição Federal versa que ao Estado incumbe prestar assistência jurídica, integral e gratuita, aos que comprovarem insuficiência de recursos. É por isto que os serviços prestados pela Defensoria Pública são gratuitos, porque são pagos pelo Estado.

Considera-se juridicamente necessitado o declaradamente pobre na forma da lei, ou seja, todo aquele que declarar que não pode arcar com as custas, despesas processuais e honorários de advogado sem prejuízo de seu sustento e de sua família. <http://www.defensoriapublica.mt.gov.br/oque-e>.

Apresenta-se a seguir, o relatório da avaliação do programa finalístico da Defensoria Pública, referente ao exercício de 2018, constante do site da SEPLAN: <http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/10895109/RAG+2018+-+Anal%C3%ADtico2.pdf/f23972a7-de8f-72c6-cef9-09c363902e66>



RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2018
Eixo Estruturador:	005-Viver Bem
Diretriz:	015-Garantir a proteção social para promover dignidade e assegurar direitos.
Programa:	405-Defesa da Cidadania e Inclusão Social
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Insuficiência na Prestação de Assistência Jurídica aos Necessitados.
Objetivo do Programa:	Prestar assessoria jurídica ao necessitado, contribuindo para a efetivação do pleno direito à cidadania.
Público Alvo:	População hipossuficiente e vulnerável do estado de Mato Grosso
Unidade Resp. Programa:	10101-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Gestor(a) do Programa:	Silvio Jeferson de Santana

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade e da	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2018	Data Apuração
Percentual de solução extrajudicial de conflitos Fonte: Corregedoria/Defensoria Pública	Anual	Percentual	5,00	5,00	39,71	31/12/2018
Taxa de crescimento da instalação de novas Sedes nas Comarcas Fonte: Gabinete Defensor Geral/Defensoria Pública	Anual	Percentual	3,00	6,00	0,00	31/12/2018

Análise de Indicadores do Programa:

1 - Quanto as instalações de novos Núcleos da Defensoria Pública em 2018, com a repetição do orçamento dos anos anteriores, não foi possível abertura, tampouco restabelecimentos de novos Núcleos, nem mesmo a cumulação de Defensores, pois os valores disponibilizados pelo Poder Executivo, atendeu somente as despesas em andamento.

2 - A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, por meio da Coordenadoria de Mediação e Conciliação de Direitos e Solução de Conflitos, realizou 282 (duzentos e oitenta), Sessões de Conciliações e Mediações no exercício de 2018, sendo 120 (cento e vinte) direito de família, 132 (cento e trinta e dois) relações de consumo e 30 (trinta) direito civil (feitos gerais), com sentenças homologatórias de 112 (cento e doze). No que tange ao êxito no manejo destes métodos para solução de conflitos, foi alcançado o percentual de 39,71% (trinta e nove vírgula setenta e um por cento).

Em valores, podemos destacar que foi alcançada uma economia considerável no valor de R\$ 279.414,24 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos), conforme valor atribuído para cada Processo Judicial, qual seja: R\$ 2. 494,77 (dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos), valor atribuído pelo Conselho Nacional de Justiça/CNJ. Destacamos aqui os mutirões realizados com as concessionárias Energisa e Águas de Cuiabá.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	5.990.494,71	5.608.344,71	3.222.603,41	100.000,00	53,80	58,50
240	1.477.514,45	1.477.514,45	319.398,73	0,00	21,62	21,62
Total	7.468.009,16	7.085.859,16	3.542.002,14	100.000,00	47,43	50,70

Execução:

O objetivo não foi executado em sua totalidade devido ao contingenciamento de recursos e as dificuldades financeiras que os poderes tiveram no terceiro trimestre onde houve necessidade de conter gastos e revisar as necessidades consideradas essenciais.

Resultados:

Houve um resultado satisfatório, mesmo que não utilizado todo valor previsto, dada a necessidade de rever as despesas em decorrência da crise financeira pela qual o Estado atravessa, porém, houve uma expectativa alcançada.

Principais restrições e providências adotadas:

Orçamentárias: Com a necessidade de conter gastos houve necessidade de fechar unidades e rever conceitos tais como fazer mais com menos.

Outros aspectos relevantes:

61

A população foi atendida e muitos casos solucionados sem a necessidade de ações somente com mediação e acordos, mesmo em meio à crise financeira e recursos reduzidos. A cidadania foi exercida mesmo que parcialmente.

Outros produtos entregues:

Os produtos desta ação surgem através das necessidades existentes entre cidadãos de ver seus direitos e cidadania exercidos e poderem usufruir delas, porém, muitas vezes esses direitos são reprimidos por falta de eficiência entre os poderes, porém, a Defensoria Pública conseguiu chegar em lugares longínquos atendendo as necessidades básicas dessas pessoas.

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Melhorar progressivamente a eficácia da ação planejando adequadamente as necessidades à realidade.



Avaliação das Ações do Programa

Ação:	2335-Melhoria do atendimento ao necessitado
Programa de Governo:	405-Defesa da Cidadania e Inclusão Social
Exercício:	2018
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	10101-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	Prestar atendimento ágil e qualificado ao necessitado.
Produto:	Assistência jurídica qualificada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Marcio Frederico de Oliveira Dorileo

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	100,00
Total:	100,00

REALIZAÇÃO DA META				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta física foi cumprida com êxito, tendo como destaque o aumento de estagiários nível superior e a correção da bolsa e auxílio transportes. Destacamos aqui também, o pagamento das anuidades dos Defensores Públicos, no total de 189 (cento e oitenta e nove). Foram capacitados 08 (oito) servidores nas suas áreas correlatas.

A Defensoria do Estado de Mato Grosso, realizou diversos mutirões e caravanas, organizadas por ela ou em parcerias, podendo ser citados: Defensoria Até Você, Ribeirinho Cidadão, Multiação, Caravana da Transformação e Assembleia Itinerante.

A XI Edição do Ribeirinho Cidadão viabilizou 10.121 (dez mil cento e vinte e um) atendimentos, sendo de emissão de declaração de hipossuficiência, pedido de investigação de paternidade, ações de divórcio e emissões de proclamas para realização de casamentos. Defensoria Até Você, em sua 5ª Edição, realizou 399 (trezentos e noventa e nove) atendimentos nos bairros: Santa Izabel, Osmar Cabral, jardim Leblon, Parque Cuiabá e Jardim Vitória.

A Caravana da Transformação - Durante a Caravana da Transformação de 2018, ocorrida na Arena Pantanal, em Cuiabá, a Defensoria pública realizou diversos atendimento. Em cinco dias a equipe atendeu 568 (quinhentos e sessenta e oito) pessoas.

Assembleia Itinerante - na sua 14ª Edição, a Assembleia Itinerante realizou 70 (setenta) atendimentos.

Ação Global - A Defensoria Pública do Estado, participou da 25ª edição do projeto Ação Global, prestando atendimento a 109 (cento e nove) pessoas.

Bairro Integrado - A Coordenadoria de Ações Comunitárias da Defensoria Pública do Estado, participou do Projeto da SESP, chamado "Bairro Integrado", na sua 1ª edição, atendeu 120 (cento e vinte) pessoas.

Defensoria Sem Fronteira - Na sua 11ª Edição, a Defensoria Sem Fronteira, realizada em Porto Velho - RO e na 12ª Edição realizada em Fortaleza - CE, teve a participação de Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso, sendo atendido individualmente 3.142 (três mil centos e quarenta e dois) presos custodiados e 11.000 (onze mil) presos condenados, nas respectivas cidades.

A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, ofertou 15 (quinze) palestras, tendo como temas: Direito da Mulher, Educação - legal é não usar Drogas, Mulher e Direito de família, Direitos dos Autistas, Fórum das Profissões 2018, A Reestruturação do Sistema Carcerário com Vista à Ressocialização, Violência Contra a Mulher, Violência Contra Moradores em Situação de Rua, Perspectiva da Execução Penal de Mato Grosso, Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Várzea Grande e Livramento, Atribuições da Defensoria e Atuação do Defensor Público, 15 anos do Estatuto da Pessoa Idosa de Mato Grosso, Lei Complementar 131/2003, Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, Constituição Federal de 1998 - Estamos Vivendo a Crise dos 30 Anos? e Aspectos Criminais Controvertidos da Lei Maria da Penha.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor
100	3.030.608,60	2.463.458,60	2.059.270,76	0,00	67,95	83,59
240	745.394,95	745.394,95	6.651,50	0,00	0,89	0,89
Total	3.776.003,55	3.208.853,55	2.065.922,26	0,00	54,71	64,38

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os valores alocados na LOA 2018, foram suficientes para atender a demanda da ação. Os recursos inicialmente previstos traduziram a real necessidade da ação. Houve anulação de recursos remanescentes, visto a economia em alguns contratos em vigor. Os valores anulados foram remanejados para atender contratos em vigor em outras ações.

Capacidade de Execução - COFD:

Os valores alocados na LOA 2018, foram todos liberados conforme programação, não houve dificuldade na obtenção de crédito orçamentário adicionais. Quanto aos recursos financeiros, os mesmos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo incompatível. Havendo atraso na liberação dos recursos.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi alcançado com êxito, haja visto que todas as despesas elencadas na LOA 2018, foram cumpridas na sua íntegra. As maiores contribuições para que o objetivo do programa fosse alcançado, está no pagamento dos estagiários, uma das molas mestras da Defensoria Pública. Destacamos aqui também, o pagamento das anuidades dos Defensores Públicos junto a OAB-MT.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Ação: 2336-Instalação e modernização das unidades físicas da Defensoria Pública do estado de Mato Grosso

Programa de Governo: 405-Defesa da Cidadania e Inclusão Social

Exercício: 2018

Tipo de Ação: Atividade

Unidade Responsável: 10101-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Objetivo Específico: Instalar sedes da Defensoria Pública em todas as Comarcas, visando ampliar o atendimento aos necessitados.

Produto: Unidade física instalada e modernizada

Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Edvan Oládio Neves da Silva

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
REGIÃO II - NORTE	100,00
REGIÃO IV - LESTE	100,00
REGIÃO V - SUDESTE	100,00
REGIÃO VI - SUL	100,00
REGIÃO VII - SUDOESTE	100,00
REGIÃO VIII - OESTE	100,00
REGIÃO X - CENTRO	100,00
REGIÃO XI - NOROESTE II	100,00
Total:	800,00



REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	550,00	800,00	800,00	145,45

Análise da Meta Física:

A meta física da ação foi alcançada após a suplementação orçamentária, onde foram anulados recursos orçamentários das ações: 2335 - Melhoria do atendimento ao necessitado e 2337 - Gestão e implementação da tecnologia da informação na Defensoria Pública, suplementando os valores de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no grupo 4 e R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no grupo 3. Os produtos entregues foram suficientes para atingir os objetivos da ação, tendo em vista que com a entrega dos materiais os Núcleos foram equipados e ficaram com maior estrutura para bem atender os hipossuficientes. Foram adquiridos materiais permanentes, mesas, cadeiras, condicionadores de ar, bebedouros, prateleiras, telefones com fio e sem fio, cortina de ar, longarinas, cadeiras diretor, bomba de água, estantes, cadeiras sem braço. Houve necessidade de recursos humanos de serviços previstos em outra ação, não havendo dificuldade no desempenho da ação. Houve contingenciamento no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), recursos destinados por meio de Emenda Parlamentar em razão do apontamento do TCE nas Contas Anuais do Governo do Estado, referente ao exercício de 2017, sobre ausência de contingenciamento que levou a um déficit de execução orçamentária, em descumprimento ao disposto no art. 9º da Lei 101/2000. E, desta forma, a SEPLAN contingenciou todas as despesas não obrigatórias.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	430.236,11	805.236,11	463.568,95	100.000,00	107,75	65,73
240	732.119,50	732.119,50	312.747,23	0,00	42,72	42,72
Total	1.162.355,61	1.537.355,61	776.316,18	100.000,00	66,79	54,01

Capacidade de Planejamento - PPD:

A dotações autorizadas na LOA não foram suficientes para atender a demanda da Defensoria Pública. Houve suplementação orçamentária no montante de reais 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), sendo 200.000,00 (duzentos mil reais) para investimentos e 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para atender as despesas inicialmente previstas pelos recursos oriundos da Emenda Parlamentar. Houve anulação de valores, visando atender despesas de aquisição de anúncios em jornais de grande circulação de editais, conforme exigências constante da Lei Federal nº 8.666/93.

Capacidade de Execução - COFD:

Houve êxito na execução dos recursos previstos. Os recursos foram devidamente liberados, conforme sua programação. Não houve dificuldades na obtenção dos créditos adicionais. A liberação dos recursos não sofreu descontinuidade, não havendo atraso na liberação dos recursos. As compras foram feitas por meio de Ata de Registro de Preços.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico foi alcançado com êxito.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Ação:	2337-Gestão e implementação da tecnologia da informação na Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso
Programa de Governo:	405-Defesa da Cidadania e Inclusão Social
Exercício:	2018
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	10101-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	Melhoria no Parque Computacional da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.
Produto:	Gestão da tecnologia da informação implementada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Caio Cezar Buin Zumioti

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	60,00
Total:	60,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	41,00	60,00	60,00	146,34

Análise da Meta Física:

O órgão não obteve êxito no Planejamento. A meta física não foi alcançada. Foram adquiridos 80 computadores, 30 scanners e 30 nobreaks. A quantidade entregue no local e quantidade foram adequados parcialmente, não atendendo a necessidade dos Núcleos. Foi adquirido ainda, um sistema de informação totalmente web, que integram todos os setores, o mesmo atende as exigências do TCE-MT no que tange ao Sistema APLIC.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	2.504.650,00	2.304.650,00	699.763,70	0,00	27,94	30,36
Total	2.504.650,00	2.304.650,00	699.763,70	0,00	27,94	30,36

Capacidade de Planejamento - PPD:

O resultado obtido nesta ação dá-se pelo motivo de que há um estudo para melhorar o sistema de TI da DP onde serão implementadas ferramentas de gestão de tecnologia da informação mais eficiente e seguro otimizando as demandas, para isso será dado início a nova contratação de empresa para executar essa demanda.

Capacidade de Execução - COFD:

Nesta ação houve a necessidade de se avaliar procedimentos operacionais que otimizasse o sistema de TI, para isso foram empregados recursos no sentido de minimizar gastos pois no ano seguinte seria dada a largada para contratação de novo sistema de TI, mais eficaz e eficiente, por isso não foi atingida a meta financeira.

Alcance do Objetivo Específico:

Mesmo sabendo que haveria necessidade de rever o sistema de TI e sua eficácia, os objetivos foram alcançados pois as demandas não deixaram de ser realizadas nas áreas sistêmicas, gestão de pessoas, assessorias, gabinetes de direção entre outros, as atividades não deixaram de ser realizadas.

Outros aspectos relevantes:

Não houve.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Dada a necessidade de implementar uma ferramenta de TI mais ágil, célere e eficaz, está sendo estudado e planejado ações que visem melhorar a aplicabilidade do sistema nas mais diversas áreas onde essa demanda é imprescindível.

Ação:	2338-Promoção do direito à informação e desenvolvimento da consciência cidadã
Programa de Governo:	405-Defesa da Cidadania e Inclusão Social
Exercício:	2018
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	10101-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	Informar ao Público alvo da Defensoria Pública sobre seus direitos, visando ampliar o potencial de atendimento
Produto:	Cidadão informado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Bruno Cordeiro Cidade

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	0,00
Total:	0,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	0,00	0,00	0,00



Análise da Meta Física:

Não houve êxito no Planejamento inicial. Não teve entrega de produtos na ação.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	5.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Não houve execução na ação.

Capacidade de Execução - COFD:

Não houve execução na ação.

Alcance do Objetivo Específico:

Não houve execução na ação.

Outros aspectos relevantes:

Não houve execução na ação.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação: 3306-Padronização e normatização das atividades da Defensoria Pública

Programa de Governo: 405-Defesa da Cidadania e Inclusão Social

Exercício: 2018

Tipo de Ação: Projeto

Unidade Responsável: 10101-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Objetivo Específico: Padronização das atividades

meio e finalística Produto: Procedimento padronizado e

normatizado Unidade de Medida: Percentual

Responsável pela Ação: Marcus Vinicius Sousa Ventura

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	0,00
Total:	0,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
100,00	100,00	0,00	0,00	0,00

Análise da Meta Física:

A meta física não foi atingida. Não foram executados recursos na ação.



ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Não houve execução na ação, os recursos foram remanejados para atender outras despesas.

Capacidade de Execução - COFD:

Não houve execução da ação.

Alcance do Objetivo Específico:

Não houve execução da ação.

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Evidencia-se a seguir, a Execução da Despesa por Programa e Projeto/Atividade – Acumulada de janeiro a dezembro de 2018:

10.101 – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

Programa/Projeto/Atividade	Dotação Inicial R\$	Suplementado R\$	Anulado R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo da Dotação R\$
0036 - Apoio Administrativo	120.277.916,89	5.468.671,93	5.086.521,93	120.660.066,89	116.750.935,82	3.909.131,07
2005 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis F. 100	6.366.638,45	1.392.725,82	438.167,06	7.321.197,21	7.091.839,59	229.357,62
2006 - Manutenção de Serviços de Transportes F. 100	1.281.038,76	104.590,95	106.290,95	1.279.338,76	1.162.877,45	116.461,31
2007 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais F. 100	828.193,64	736.613,23	194.856,23	1.369.950,64	1.189.512,51	180.438,13
2008 - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais F. 100	93.500.000,00	2.748.137,76	2.748.137,76	93.500.000,00	90.586.701,13	2.913.298,87
2009 - Manutenção de	2.202.612,88	480.918,17	275.918,17	2.407.612,88	2.162.691,48	244.921,40



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315
e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

Programa/ Projeto/Atividade	Dotação Inicial R\$	Suplementado R\$	Anulado R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo da Dotação R\$
Ações de Informática F. 100						
2014 – Publicidade Institucional e Propaganda F. 100	1.000,00	5.686,00	1.593,00	5.093,00	1.793,40	3.299,60
4491 – Pagamento de Verbas Indenizatórias a Serv. Estaduais F. 100	16.098.433,16	0	1.321.558,76	14.776.874,40	14.555.520,26	221.354,14
0405 – Defesa da Cidadania e Inclusão Social	7.468.009,16	1.479.294,36	1.861.444,36	7.085.859,16	3.542.002,14	3.543.857,02
2335 – Melhoria do Atendimento ao Necessitado F. 100	3.030.608,60	0	567.150,00	2.463.458,60	2.059.270,76	404.187,84
2335 – Melhoria do Atendimento ao Necessitado F. 240	745.394,95	0	0	745.394,95	6.651,50	738.743,45
2336 – Instalação e Modernização das Unidades Físicas da DPE F. 100	430.236,11	509.514,10	134.514,10	805.236,11	463.568,95	341.667,16
2336 – Instalação e Modernização das Unidades Físicas da DPE F. 240	732.119,50	90.845,26	90.845,26	732.119,50	312.747,23	419.372,27
2337 – Gestão e Implementação da Tecnologia da Informação na DPE	2.504.650,00	848.935,00	1.048.935,00	2.304.650,00	699.763,70	1.604.886,30
2338 – Promoção do Direito à Informação e Desenvolvimento da Consciência Cidadã F. 100	5.000,00	30.000,00	0	35.000,00	0	35.000,00
3306 – Padronização e Normatização das Atividades da DPE F. 100	20.000,00	0	20.000,00	0	0	0
0996 – Operações Especiais: Outras	14.521.754,46	0	0	14.521.754,46	3.091.144,47	11.430.609,99
8001 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis F. 115	14.521.754,46	0	0	14.521.754,46	3.091.144,47	11.430.609,99
0997 – Previdência de Inativos	13.276,32	0	0	13.276,32	0	13.276,32



Programa/ Projeto/Atividade	Dotação Inicial R\$	Suplementado R\$	Anulado R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo da Dotação R\$
Pensionistas do Estado						
8002 – Recolhimento do PIS-PASEP e Pagamento do Abono F. 240	13.276,32	0	0	13.276,32	0	13.276,32
Total UO 10101	142.280.956,83	6.947.966,29	6.947.966,29	142.280.956,83	123.384.082,43	18.896.874,40
Total por da Natureza Despesa	142.280.956,83	6.947.966,29	6.947.966,29	142.280.956,83	123.384.082,43	18.896.874,40
3190.000.00	105.273.616,70	2.748.137,76	0	108.021.754,46	93.677.845,60	14.343.908,86
3191.000.00	2.748.137,76	0	2.748.137,76	0	0	0
3390.000.00	32.975.518,88	3.738.149,85	3.867.776,89	32.845.891,84	28.969.600,64	3.876.291,20
3391.000.00	221.327,88	36.319,32	106.692,28	150.954,92	141.316,22	9.638,70
4490.000.00	1.062.355,61	425.359,36	225.359,36	1.262.355,61	595.319,97	667.035,64
Total por Grupo de Despesa	142.280.956,83	6.947.966,29	6.947.966,29	142.280.956,83	123.384.082,43	18.896.874,40
Grupo 1:	108.021.754,46	2.748.137,76	2.748.137,76	108.021.754,46	93.677.845,60	14.343.908,86
Grupo 3:	33.196.846,76	3.774.469,17	3.964.245,17	33.007.070,76	29.110.916,86	3.896.153,90
Grupo 4:	1.062.355,61	425.359,36	235.583,36	1.252.131,61	595.319,97	656.811,64
Total por Fonte de Recursos	142.280.956,83	6.947.966,29	6.947.966,29	142.280.956,83	123.384.082,43	18.896.874,40
Fonte 100	126.268.411,60	6.857.121,03	6.857.121,03	126.268.411,60	119.973.539,23	6.294.872,37
Fonte 115	14.521.754,46	0	0	14.521.754,46	3.091.144,47	11.430.609,99
Fonte 240	1.490.790,77	90.845,26	90.845,26	1.490.790,77	319.398,73	1.171.392,04

Fonte: Execução Orçamentária (Despesa) – Acumulado – dezembro/2018 - fl. 1 - documento digital nº 189582/2019.

Conforme demonstrado no quadro acima, a Defensoria Pública planejou no seu Orçamento quatro programas com os seus respectivos projetos/atividades para execução no exercício de 2018, que ao final desse exercício ficaram da seguinte forma: dotação inicial R\$ 142.280.956,83, Crédito Autorizado R\$ 142.280.956,83, Empenhado R\$ 123.384.082,43 e Saldo da Dotação Orçamentária R\$ 18.896.874,40.

Evidencia-se, individualmente, cada programa com os seus correspondentes projetos/atividades para análise:



Demonstrativo do Programa 0036 – Apoio Administrativo e suas Atividades

Programa/ Projeto/Atividade	Dotação Inicial R\$	Suplementado R\$	Anulado R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo da Dotação R\$
0036 - Apoio Administrativo	120.277.916,89	5.468.671,93	5.086.521,93	120.660.066,89	116.750.935,82	3.909.131,07
2005 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis - Fonte 100	6.366.638,45	1.392.725,82	438.167,06	7.321.197,21	7.091.839,59	229.357,62
2006 – Manutenção de Serviços de Transportes - Fonte 100	1.281.038,76	104.590,95	106.290,95	1.279.338,76	1.162.877,45	116.461,31
2007 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Fonte 100	828.193,64	736.613,23	194.856,23	1.369.950,64	1.189.512,51	180.438,13
2008 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais - Fonte 100	93.500.000,00	2.748.137,76	2.748.137,76	93.500.000,00	90.586.701,13	2.913.298,87
2009 – Manutenção de Ações de Informática - Fonte 100	2.202.612,88	480.918,17	275.918,17	2.407.612,88	2.162.691,48	244.921,40
2014 – Publicidade Institucional e Propaganda - Fonte 100	1.000,00	5.686,00	1.593,00	5.093,00	1.793,40	3.299,60
4491 – Pagamento de Verbas Indenizatórias a Serv. Estaduais - Fonte 100	16.098.433,16	0	1.321.558,76	14.776.874,40	14.555.520,26	221.354,14
Total	120.277.916,89	5.468.671,93	5.086.521,93	120.660.066,89	116.750.935,82	3.909.131,07

Fonte: Execução Orçamentária (Despesa) – Acumulado – dezembro/2018 - fl. 1 - documento digital nº 189582/2019.

Verifica-se que no quadro acima o Programa 0036 – Apoio Administrativo que contém sete atividades, referentes à manutenção dos serviços da Defensoria Pública, ou seja, às ações: 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2014 e 4491 que tiveram autorização inicial de R\$ 120.277.916,89, suplementado R\$ 5.468.671,93, anulado R\$ 5.086.521,93, sendo o crédito autorizado de R\$ 120.660.066,89, empenhado R\$ 116.750.935,82, apresentando saldo orçamentário de R\$ 3.909.131,07.



A seguir, a análise das sete ações do programa 0036 – Apoio Administrativo de forma decrescente dos créditos autorizados:

- a atividade 2008 – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais apresenta a dotação inicial de R\$ 93.500.000,00, foi suplementado R\$ 2.748.137,76 e anulado o mesmo valor, permanecendo o crédito autorizado de R\$ 93.500.000,00, a despesa realizada de R\$ 90.586.701,13 e o saldo da dotação de R\$ 2.913.298,87. Esta ação mostra o maior dispêndio desse programa, bem como da Unidade Orçamentária – 10.101 – Defensoria Pública;
- a atividade 4491 – Pagamento de Verbas Indenizatórias a Servidores Estaduais apresenta a dotação inicial de R\$ 16.098.433,16 e o crédito autorizado de R\$ 14.776.874,40, em razão da anulação de R\$ 1.321.558,76, sendo a despesa empenhada de R\$ 14.555.520,26 e o saldo da dotação orçamentária de R\$ 221.354,14;
- a atividade 2005 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis demonstra a dotação inicial de R\$ 6.366.638,45, suplementado R\$ 1.392.725,82, e anulado R\$ 438.167,06, apresentando o crédito autorizado de R\$ 7.321.197,21, empenhado R\$ 7.091.839,59 e o saldo da dotação orçamentária de R\$ 229.357,62;
- a atividade 2009 – Manutenção de Ações de Informática apresenta a dotação inicial de R\$ 2.202.612,88, foi suplementado R\$ 480.918,17, anulado R\$ 275.918,17, e o crédito autorizado de R\$ 2.407.612,88, sendo a despesa realizada de R\$ 2.162.691,48, ficando o saldo da dotação de R\$ 244.921,40;
- a atividade 2006 – Manutenção de Serviços de Transportes, mostra a dotação inicial de R\$ 1.281.038,76, suplementado R\$ 104.590,95, anulado R\$ 106.290,95 e o crédito autorizado de R\$ 1.279.338,76, a despesa empenhada de R\$ 1.162.877,45 ficando o saldo da dotação orçamentária de R\$ 116.461,31;
- 2007 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais demonstra a dotação inicial de R\$ 828.193,64, o crédito autorizado de R\$ 1.369.950,64, em razão da



abertura de créditos adicionais suplementares de R\$ 736.613,23 e a anulação de R\$ 194.856,23, sendo a despesa empenhada de R\$ 1.189.512,51 e o saldo da dotação orçamentária de R\$ 180.438,13;

- a atividade 2014 – Publicidade Institucional e Propaganda mostra a dotação inicial de R\$ 1.000,00, sendo suplementado R\$ 5.686,00, anulado R\$ 1.593,00, ficando o crédito autorizado de R\$ 5.093,00, empenhado R\$ 1.793,40, sendo o saldo da dotação orçamentária de R\$ 3.299,60.

Mostra-se adiante, o programa 0405 – Defesa da Cidadania e Inclusão Social com os seus respectivos projetos:

Programa/ Projeto/Atividade	Dotação Inicial R\$	Suplementado R\$	Anulado R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo da Dotação R\$
0405 – Defesa da Cidadania e Inclusão Social	7.468.009,16	1.479.294,36	1.861.444,36	7.085.859,16	3.542.002,14	3.543.857,02
2335 – Melhoria do Atendimento ao Necessitado F. 100	3.030.608,60	0	567.150,00	2.463.458,60	2.059.270,76	404.187,84
2335 – Melhoria do Atendimento ao Necessitado F. 240	745.394,95	0	0	745.394,95	6.651,50	738.743,45
2336 – Instalação e Modernização das Unidades Físicas da DPE F. 100	430.236,11	509.514,10	134.514,10	805.236,11	463.568,95	341.667,16
2336 – Instalação e Modernização das Unidades Físicas da DPE F. 240	732.119,50	90.845,26	90.845,26	732.119,50	312.747,23	419.372,27
2337 – Gestão e Implementação da Tecnologia da Informação na DPE	2.504.650,00	848.935,00	1.048.935,00	2.304.650,00	699.763,70	1.604.886,30
2338 – Promoção do Direito à Informação e Desenvolvimento da Consciência Cidadã F. 100	5.000,00	30.000,00	0	35.000,00	0	35.000,00
3306 – Padronização e Normatização das Atividades da DPE F. 100	20.000,00	0	20.000,00	0	0	0



Programa/ Projeto/Atividade	Dotação Inicial R\$	Suplementado R\$	Anulado R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo da Dotação R\$
Total	7.468.009,16	1.479.294,36	1.861.444,36	7.085.859,16	3.542.002,14	3.543.857,02

Fonte: Execução Orçamentária (Despesa) – Acumulado – dezembro/2018 - fl. 1 - documento digital nº 189582/2019.

De acordo com o quadro acima, foram planejados no programa finalístico 0405 – Defesa da Cidadania e Inclusão Social, sete projetos no montante de R\$ 7.468.009,16, sendo suplementado R\$ 1.479.294,36, anulado R\$ 1.861.444,36, ficando de crédito autorizado R\$ 7.085.859,16, sendo empenhado R\$ 3.542.002,14, ficando o saldo da dotação nesse programa de R\$ 3.543.857,02.

- o projeto 2335 – Melhoria do Atendimento ao Necessitado foi orçado inicialmente R\$ 3.030.608,60, anulado R\$ 567.150,00, apresentando o crédito autorizado de R\$ 2.463.458,60, sendo empenhado R\$ 2.059.270,76, restando o saldo orçamentário de R\$ 404.187,84;
- a ação 2337 – Gestão e Implementação da Tecnologia da Informação na DPE mostra a dotação inicial de R\$ 2.504.650,00, a suplementação efetuada de R\$ 848.935,00, sendo anulado R\$ 1.048.935,00, apresentando o crédito autorizado de R\$ 2.304.650,00, os dispêndios realizados de R\$ 699.763,70 e o saldo da dotação de R\$ 1.604.886,30;
- o projeto 2335 – Melhoria do Atendimento ao Necessitado com recursos da fonte 240 – recursos próprios, foi orçado R\$ 745.394,95, permanecendo o mesmo valor para o crédito autorizado, sendo empenhado R\$ 6.651,50, ficando o saldo orçamentário de R\$ 738.743,45;
- o projeto 2336 – Instalação e Modernização das Unidades Físicas da DPE com a fonte 240 – recursos próprios, foi orçado R\$ 732.119,50, suplementado e anulado R\$ 90.845,26, permanecendo o mesmo valor para o crédito autorizado de R\$ 732.119,50, foi empenhado R\$ 312.747,23, ficando o saldo orçamentário de R\$ 419.372,27;
- o projeto 2336 – Instalação e Modernização das Unidades Físicas da DPE, teve como dotação inicial R\$ 430.236,11, o crédito autorizado de R\$ 805.236,11, em



razão da abertura de créditos adicionais suplementares de R\$ 509.514,10 e a anulação de R\$ 134.514,10, sendo a despesa empenhada de R\$ 463.568,95 e o saldo da dotação orçamentária de R\$ 341.667,16;

- o projeto 3306 – Padronização e Normatização das Atividades da DPE com dotação inicial de R\$ 20.000,00, foi totalmente anulado, não sendo assim, executada a ação;
- o projeto 2338 – Promoção do Direito à Informação e Desenvolvimento da Consciência Cidadã, a dotação inicial de R\$ 5.000,00, a suplementação de R\$ 30.000,00, ficando com o crédito autorizado de R\$ 35.000,00, não houve nenhuma despesa empenhada, permanecendo o saldo da dotação orçamentária o mesmo valor, ou seja, R\$ 35.000,00.

Assim, o programa finalístico 0405 – Defesa da Cidadania e Inclusão Social foi executado apenas R\$ 3.542.002,14 que corresponde a 49,99% do total autorizado, ficando o Saldo da Dotação orçamentária de R\$ 3.543.857,02.

Cabe informar que a arrecadação foi a menor em R\$ 12.342.933,34, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário de 2018 (documento digital nº 173554/2019, fl. 5).

Em seguida, apresenta-se o programa 0996 – Operações Especiais:

Outras:

Programa/ Projeto/Atividade	Dotação Inicial R\$	Suplementado R\$	Anulado R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo da Dotação R\$
0996 – Operações Especiais: Outras	14.521.754,46	0	0	14.521.754,46	3.091.144,47	11.430.609,99
8001 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis F. 115	14.521.754,46	0	0	14.521.754,46	3.091.144,47	11.430.609,99
Total	14.521.754,46	0	0	14.521.754,46	3.091.144,47	11.430.609,99

Fonte: Execução Orçamentária (Despesa) – Acumulado – dezembro/2018 - fl. 1 - documento digital nº 189582/2019.



O quadro acima demonstra que a dotação inicial da atividade 8001 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis do programa 0996 – Operações Especiais: Outras mostra a dotação inicial de R\$ 14.521.754,46, sendo o crédito autorizado do mesmo valor, a despesa realizada de R\$ 3.091.144,47, ficando um saldo de dotação de R\$ 11.430.609,99.

A seguir demonstra-se o programa 0997 – Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado:

Programa/ Projeto/Atividade	Dotação Inicial R\$	Suplementado R\$	Anulado R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo da Dotação R\$
0997 – Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado	13.276,32	0	0	13.276,32	0	13.276,32
8002 – Recolhimento do PIS-PASEP e Pagamento do Abono F. 240	13.276,32	0	0	13.276,32	0	13.276,32
Total	13.276,32	0	0	13.276,32	0	13.276,32

Fonte: Execução Orçamentária (Despesa) – Acumulado – dezembro/2018 - fl. 1 - documento digital nº 189582/2019.

Em relação à atividade 8002 – Recolhimento do PIS-PASEP e Pagamento do Abono vinculado ao programa 0997 – Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado, foi orçado em R\$ 13.276,32, ficando o mesmo valor para o crédito autorizado, restando assim, um saldo orçamentário de R\$ 13.276,32, em razão da não realização de nenhuma despesa com a fonte 240 – Recursos Próprios.

4.4. Cadastro de Responsáveis

No exercício de 2018, a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso esteve sob a responsabilidade dos agentes públicos a seguir relacionados, cuja



qualificação completa encontra-se no Anexo Informações Pessoais fls. 1 a 8 - documento digital nº 204878/2019.

Cadastro dos Responsáveis

ORDENADOR DE DESPESA	
NOME:	SILVIO JEFERSON DE SANTANA
CARGO	DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
PERÍODO	2/1/2018 A 31/12/2018
ATO DE NOMEAÇÃO Nº	14.448/2016 de 30/11/2016, publicado no DOE da mesma data, a contar de 02 de janeiro de 2017.
E-MAIL	silviodesantana@hotmail.com

ORDENADOR DE DESPESA	
NOME:	MÁRCIO FREDERICO DE OLIVEIRA DORILÊO
CARGO	PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL
PERÍODO	1º/1/2018 A 31/12/2018
ATO DE NOMEAÇÃO Nº	017/2017 de 9/1/2017, publicado no DOE da mesma data.
ATO DE DELEGAÇÃO	Portaria nº 013/2017/DPG delegou competências para Ordenar Despesas.
E-MAIL	marciodorileo@dp.mt.gov.br

RESPONSÁVEL FINANCEIRO	
NOME:	ELAINE SIQUEIRA VARGAS
CARGO	COORDENADORA FINANCEIRA
PERÍODO	2/1/2018 A 31/12/2018
E-MAIL	elainevargas@dp.mt.gov.br

RESPONSÁVEL CONTÁBIL	
NOME:	THEREZA LÚCIA MATTOS DO NASCIMENTO PINHEIRO
CARGO	ANALISTA - CONTADORA
PERÍODO	2/1/2018 A 31/12/2018
E-MAIL	theresaluciapinho@dp.mt.gov.br



CONTROLE INTERNO	
NOME:	ÉMORY LANE FRANCO MARCENA SILVA
CARGO	COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO
PERÍODO	2/1/2018 A 31/12/2018
ATO DE NOMEAÇÃO Nº	026/2017 de 11 de janeiro de 2017, publicado na mesma data.
E-MAIL	emorylanesilva@dp.mt.gov.br

CONTROLE INTERNO	
NOME:	JÉSSICA DUARTE MAFFINI
CARGO	COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO (EM SUBSTITUIÇÃO)
PERÍODO	21/12/2018 A 31/12/2018
ATO DE DESIGNAÇÃO	Retificação da Portaria nº 1192/2018-DPG, de 16/1/2019, publicada na mesma data.
E-MAIL	jessicamaffini@dp.mt.gov.br

5. EXAME DOS ATOS DE GESTÃO

5.1. Análise Orçamentária e dos Demonstrativos Contábeis

5.1.1. Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária Anual nº 10.655, de 28 de dezembro de 2017, aprovou o orçamento do Governo do Estado de Mato Grosso para o exercício de 2018. Para a unidade orçamentária Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso foi aprovado o valor de **R\$ 142.280.957,00**, conforme Anexo II – da despesa por órgão.



5.1.2. Movimentações ocorridas no exercício – Créditos Adicionais

Relação de Alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa e Decretos

*Exercício igual a 2018
Cód. Tipo de Instrumento (1 - Alteração QDD / 2 - Decreto / 3 - Ambos) igual a 2
Código da Unidade Orçamentária igual a 10101
Estado do Processo igual a Efetivado

Unidade Orçamentária	Data Encaminhamento	Data Efetivação	Nº Decreto	Tipo Instrum.	Nº Processo	Situação	Tipo Crédito	Fonte	Suplementado	Anulado
10101 - DEFENSORIA	25/04/2018	27/04/2018	82	Decreto	1649	Efetivado	100	100	16.593,00	16.593,00
10101 - DEFENSORIA	15/08/2018	17/08/2018	242	Decreto	3906	Efetivado	100	100	167.150,00	167.150,00
10101 - DEFENSORIA	02/10/2018	04/10/2018	314	Decreto	4485	Efetivado	100	100	921.558,76	921.558,76
10101 - DEFENSORIA	04/10/2018	09/10/2018	316	Decreto	4541	Efetivado	100	100	848.935,00	848.935,00
10101 - DEFENSORIA	26/11/2018	28/11/2018	383	Decreto	5297	Efetivado	100	100	1.088.700,00	1.088.700,00
10101 - DEFENSORIA	03/12/2018	03/12/2018	390	Decreto	5448	Efetivado	100	100	60.000,00	60.000,00
TOTAL									R\$ 3.102.936,76	R\$ 3.102.936,76

Expõe-se a seguir o orçamento executado no exercício de 2018 de R\$ 142.280.956,83:

Nomenclatura	Valor R\$
Orçamento Inicial	142.280.956,83
Créditos Suplementares por Decreto (+)	3.102.936,76
Anulações (-)	3.102.936,76
Orçamento Final (=)	142.280.956,83

FONTE: Lei Orçamentária e Relação de Alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa e Decretos fl. 734 documento nº digital nº 204596/2019.

A seguir, apresenta-se o Demonstrativo da Despesa Orçamentária da Defensoria Pública por grupo e fonte:

Discriminação Por Grupo	Orçamento Inicial R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo Orçamentário R\$
Grupo 1	108.021.754,46	108.021.754,46	93.677.845,60	14.343.908,86
Grupo 3	33.196.846,76	33.196.846,76	29.110.916,86	3.896.153,90
Grupo 4	1.062.355,61	1.062.355,61	595.319,97	656.811,64



Discriminação Por Grupo	Orçamento Inicial R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo Orçamentário R\$
Total por Grupo de Despesa	142.280.956,83	142.280.956,83	123.384.082,43	18.896.874,40
Discriminação por Fonte R\$	Orçamento Inicial R\$	Crédito Autorizado R\$	Empenhado R\$	Saldo Orçamentário R\$
Fonte 100	126.268.411,60	126.268.411,60	119.973.539,23	6.294.872,37
Fonte 115	14.521.754,46	14.521.754,46	3.091.144,47	11.430.609,99
Fonte 240	1.490.790,77	1.490.790,77	319.398,73	1.171.392,04
Total por Fonte de Recursos	142.280.956,83	142.280.956,83	123.384.082,43	18.896.874,40

Fonte: Execução Orçamentária (Despesa) – Acumulado – dezembro/2018 - fl.1 - documento digital nº 189582/2019.

Verifica-se no quadro acima que a Defensoria Pública utilizou três fontes de recursos: 100, 115 e 240, sendo que o maior volume de dispêndio foi na fonte 100 de R\$ 119.973.539,23 e fonte 115 de R\$ 3.091.144,47. Já na fonte 240 – Recursos Próprios foi empenhado R\$ 319.398,73.

Em relação ao grupo de despesas, o que teve o maior gasto foi o grupo 1 – pessoal e encargos sociais, neste empenhou-se R\$ 93.677.845,60. No grupo 3 a despesa realizada de R\$ 29.110.916,86 ficou em segundo lugar, já no grupo 4 os gastos foram de apenas R\$ 595.319,97.



5.1.3. Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 12 da lei 4.320/64

Item 5 da IN TCE - 03/2005

10101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Exercício de 2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	16.012.646,23	16.012.646,23	9.290.802,39	(6.721.742,84)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.866.611,04	7.866.611,04	7.385.929,32	(480.681,72)
RECEITA PATRIMONIAL	8.145.934,19	8.145.934,19	1.448.739,19	(6.697.195,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	456.133,88	456.133,88
TRANSFERÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAL	126.268.411,60	126.268.411,60	120.647.221,10	(5.621.190,50)
COTAS/REPASSES	126.268.411,60	126.268.411,60	120.647.221,10	(5.621.190,50)
Correntes	125.438.175,49	125.438.175,49	120.024.544,04	(5.413.631,45)
Recebidas	125.438.175,49	125.438.175,49	120.024.544,04	(5.413.631,45)
Capital	830.236,11	830.236,11	622.677,06	(207.559,05)
Recebidas	830.236,11	830.236,11	622.677,06	(207.559,05)
SUBTOTAL DAS RECEITAS	142.280.956,83	142.280.956,83	129.938.023,49	(12.342.933,34)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	142.280.956,83	142.280.956,83	129.938.023,49	(12.342.933,34)
TOTAL	142.280.956,83	142.280.956,83	129.938.023,49	(12.342.933,34)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO
EXECUÇÃO DIRETA E DESTAQUE CONCEDIDO	142.280.956,83	142.280.956,83	123.384.082,43	121.509.081,96	112.896.298,16	18.896.874,40
DESPESAS CORRENTES	140.718.601,22	139.869.666,22	122.242.173,76	120.871.730,09	112.389.142,14	17.627.492,46
Pessoal e Encargos Sociais	108.021.754,46	108.021.754,46	93.677.845,60	93.677.845,60	85.599.678,20	14.343.908,86
Outras Despesas Correntes	32.696.846,76	31.847.911,76	28.564.328,16	27.193.884,49	26.789.463,94	3.283.583,60
DESPESAS DE CAPITAL	1.562.355,61	2.411.290,61	1.141.908,67	637.351,87	507.156,02	1.269.381,94
Investimentos	1.562.355,61	2.411.290,61	1.141.908,67	637.351,87	507.156,02	1.269.381,94
SUBTOTAL DAS DESPESAS	142.280.956,83	142.280.956,83	123.384.082,43	121.509.081,96	112.896.298,16	18.896.874,40
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	142.280.956,83	142.280.956,83	123.384.082,43	121.509.081,96	112.896.298,16	18.896.874,40
SUPERAVIT	0,00	0,00	6.553.941,06	0,00	0,00	(6.553.941,06)
TOTAL	142.280.956,83	142.280.956,83	129.938.023,49	121.509.081,96	112.896.298,16	12.342.933,34

THEREZALUCIA MATTOS DO NASCIMENTO PINHEIRO

CONTADOR CRC Nº MT 017309/O-0

Expõe-se, abaixo, a arrecadação das receitas do exercício de 2018:

Receita	Exercício de 2018		
	Orçada	Arrecadada R\$	Arrecadação a Menor
R\$	142.280.956,83	129.938.023,49	(12.342.933,34)

Fonte: Balanço Orçamentário de 2018 fl. 5 – documento digital nº 173554/2019.

5.1.3.1 Resultado da arrecadação da receita

Apresenta-se a seguir o Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada:



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315
e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

*Exercício igual a 2018
Unidade Orçamentária igual a 10101
*Mês de Referência igual a Dezembro

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ORÇADO INICIAL	ARRECADADA	DIFERENÇA	
				PARA MAIS	PARA MENOS
1.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	16.012.545,23	9.290.802,39	0,00	-6.721.742,84
1.2.0.0.0.0.0.0	Contribuições	7.866.611,04	7.385.929,32	0,00	-480.681,72
1.2.1.0.0.0.0.0	Contribuições Sociais	7.866.611,04	7.385.929,32	0,00	-480.681,72
1.2.1.0.0.4.0.0	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social-RPPS	7.866.611,04	7.385.929,32	0,00	-480.681,72
1.2.1.0.0.4.2.0	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS	0,00	97.763,18	97.763,18	0,00
1.2.1.0.0.4.2.1	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS-Principal	0,00	97.763,18	97.763,18	0,00
1.2.1.0.0.4.2.1.08	Contribuição do Servidor Ativo Civil - Demais Fontes - Principal	0,00	97.763,18	97.763,18	0,00
1.2.1.0.0.4.3.0.0	Contribuição dos Servidores Inativos Cíveis para o RPPS	269.464,82	262.818,74	0,00	-6.645,88
1.2.1.0.0.4.3.1.00	Contribuição dos Servidores Inativos Cíveis para o RPPS-Principal	269.464,82	262.818,74	0,00	-6.645,88
1.2.1.0.0.4.3.1.03	Contribuição do Servidor Inativo Civil-Demais Fontes-Principal	269.464,82	262.818,74	0,00	-6.645,88
1.2.1.0.0.4.6.0.0	Contribuição do Servidor Ativo Civil ao RPPS oriunda de Sentenças Judiciais	7.597.146,42	7.025.347,40	0,00	-571.799,02
1.2.1.0.0.4.6.1.00	Contribuição do Servidor Ativo Civil ao RPPS oriunda de Sentenças Judiciais-Principal	7.597.146,42	7.025.347,40	0,00	-571.799,02
1.2.1.0.0.4.6.1.02	Contribuição do Servidor Ativo Civil-Demais Fontes-Principal	7.597.146,42	7.025.347,40	0,00	-571.799,02
1.3.0.0.0.0.0.0	Receita Patrimonial	8.145.934,19	1.448.739,19	0,00	-6.697.195,00
1.3.2.0.0.0.0.0.0	Valores Mobiliários	8.145.934,19	1.448.739,19	0,00	-6.697.195,00
1.3.2.1.0.0.0.0.0	Juros e Correção Monetária	1.490.790,77	169.958,99	0,00	-1.320.831,78
1.3.2.1.0.0.1.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	1.490.790,77	169.958,99	0,00	-1.320.831,78
1.3.2.1.0.0.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários-Principal	1.490.790,77	169.958,99	0,00	-1.320.831,78
1.3.2.1.0.0.1.1.28	Outros Dep. Não Vinculados-Diversas Remunerações de Depósitos Bancários Não Vinculados-Poderes-Principal	1.490.790,77	169.958,99	0,00	-1.320.831,78
1.3.2.9.0.0.0.0.0	Outros Valores Mobiliários	6.655.143,42	1.278.780,20	0,00	-5.376.363,22
1.3.2.9.0.0.1.0.0	Outros Valores Mobiliários	6.655.143,42	1.278.780,20	0,00	-5.376.363,22
1.3.2.9.0.0.1.1.00	Outros Valores Mobiliários-Principal	6.655.143,42	1.278.780,20	0,00	-5.376.363,22
1.3.2.9.0.0.1.1.16	Receita de Aplicações Financeiras em Fundos de Renda Fixa-Principal	6.655.143,42	1.278.780,20	0,00	-5.376.363,22
1.9.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas Correntes	0,00	456.133,88	456.133,88	0,00
1.9.9.0.0.0.0.0.0	Demais Receitas Correntes	0,00	456.133,88	456.133,88	0,00
1.9.9.0.12.0.0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	0,00	456.133,88	456.133,88	0,00
1.9.9.0.12.2.0.0	Ônus de Sucumbência	0,00	456.133,88	456.133,88	0,00
1.9.9.0.12.2.1.00	Ônus de Sucumbência-Principal	0,00	456.133,88	456.133,88	0,00
1.9.9.0.12.2.1.02	Recursos Destinados à Defensoria Pública-Principal	0,00	456.133,88	456.133,88	0,00
1.9.9.0.99.2.1.10	COTAS CORRENTES	125.438.175,49	120.024.544,04	0,00	-5.413.631,45
2.9.9.0.0.1.1.05	COTAS DE CAPITAL	830.236,11	622.677,06	0,00	-207.559,05
TOTAL		142.280.956,83	129.938.023,49	0,00	-12.342.933,34

MTI

07/02/2019 16:14

therezalucia

Página: 1 de

O quociente de arrecadação da receita (QAR) = Receita arrecadada/receita prevista apresentou déficit de arrecadação de R\$ 12.342.933,34, conforme a seguir:

Quociente de Arrecadação da receita (QAR) =	
Receita Arrecadada	R\$ 129.938.023,49
Receita Prevista	R\$ 142.280.956,83
Déficit de Arrecadação	R\$ 12.342.933,34
Quociente de Arrecadação	0,91 < que 1

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada de 2018 fl. 42 – documento digital nº 39956/2019 e Balanço Orçamentário de 2018 fl. 5 – documento digital nº 173554/2019.



O resultado obtido de 0,91, portanto menor que 1, isso significa que: <1 receita arrecadada é menor do que a prevista – déficit de arrecadação.

Cabe ressaltar que do mencionado déficit de R\$ 12.342.933,34, o montante de R\$ 5.621.190,50 **se refere ao atraso do duodécimo pelo Poder Executivo**, que não cumpriu com a Lei Orçamentária Anual e com a Constituição Federal (art. 168), a qual dispõe “os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes [...] e da Defensoria Pública ser-lhes-ão entregues até o 20º dia de cada mês, em duodécimos, [...]”.

É oportuno esclarecer que o fato mencionado vem ocorrendo desde o exercício de 2017, conforme se observa na série histórica da variação da receita, demonstrada posteriormente neste item.

Diante dessa postura do Poder Executivo, em 10/12/2017, a Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF 504, com pedido de medida cautelar, com fundamento normativo no art. 102, §1º, inciso II, da Constituição Federal, em razão de suposto ato lesivo a preceito fundamental consubstanciado no art. 134, §2º, e art. 168, ambos da Constituição Federal, efetivado pelo Governador do Estado de Mato Grosso, relativo a ausência/atraso do repasse das dotações orçamentárias devidas, conforme se depreende do próprio relatório da Decisão Monocrática de Concessão de Medida Cautelar¹.

Na data de 14/5/2018, a Excelentíssima Senhora Ministra Relatora Rosa Weber deferiu liminar nessa ADPF:

¹ <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314366571&ext=.pdf>



[...] para determinar que o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso repasse os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Defensoria Pública estadual, sob a forma de duodécimos, até o dia vinte de cada mês, de acordo com a norma constitucional do art. 168, bem como o pagamento das parcelas vencidas a esse título, caso não efetuado.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, em 20/8/2018, peticionou nos autos da ADPF-504 juntando termo de acordo celebrado entre o Estado de Mato Grosso, Defensoria Pública de MT e a Associação dos Defensores Públicos de MT, objetivando solucionar as pendências financeiras relativas aos repasses de duodécimos devidos à Defensoria Pública de MT.

Em consulta ao site do Supremo Tribunal Federal (<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5330880>), na data de 12/8/2019, verificou-se que os autos da ADPF-504 encontram-se conclusos à Relatora pendente de Decisão, encontrando-se com parecer da Procuradoria-Geral da República pela homologação do acordo extrajudicial e sobrestamento do feito até que integralmente cumpridos os seus termos.

A seguir, demonstra-se a variação da receita prevista com a realizada dos exercícios de 2015 a 2018:

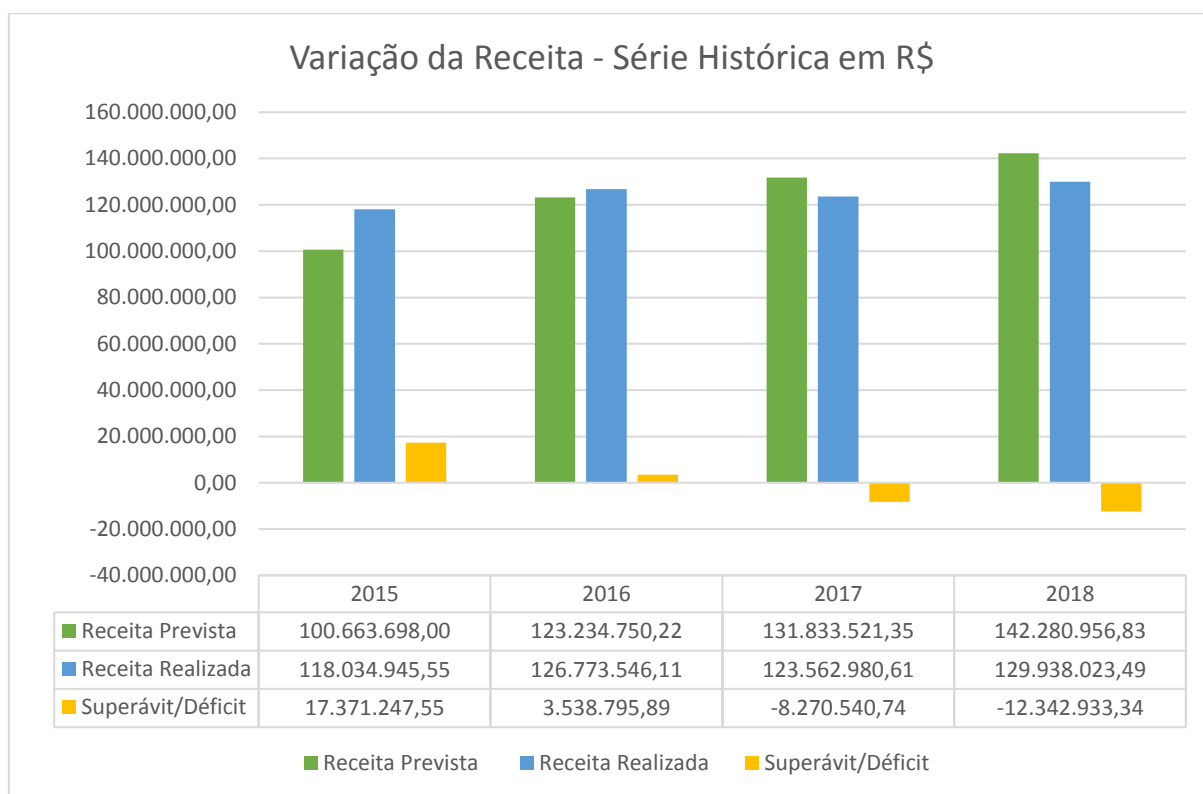
VARIAÇÃO DA RECEITA – SÉRIE HISTÓRICA

EXERCÍCIO	RECEITA PREVISTA R\$	RECEITA REALIZADA R\$	SUPERÁVIT/DÉFICIT R\$
2018	142.280.956,83	129.938.023,49	- 12.342.933,34
2017	131.833.521,35	123.562.980,61	- 8.270.540,74
2016	123.234.750,22	126.773.546,11	3.538.795,89
2015	100.663.698,00	118.034.945,55	17.371.247,55

Fonte: FIPLAN – Anexo 12: Balanço Orçamentário de 2015/2018 fls. 2/5 - documento digital nº 173554/2019.



No gráfico a seguir, apresenta-se a variação da receita referente aos exercícios de 2015 a 2018:



5.1.3.2 Resultado da realização da despesa

Apresenta-se a seguir o Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada:



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL
Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315
e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Anexo 11 - Lei 4.320/64

10101 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Dezembro/2018

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA TÍTULOS	DOTAÇÃO AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
		CRED. ORÇAMENT. E SUPLEMENTARES	CRED. ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL		
300000000	DESPESA CORRENTE	139.869.666,22	0,00	139.869.666,22	122.242.173,76	-17.627.492,46
310000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.021.754,46	0,00	108.021.754,46	93.677.845,60	-14.343.908,86
319000000	Aplicações Diretas	108.021.754,46	0,00	108.021.754,46	93.677.845,60	-14.343.908,86
319001000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00	0,00	3.091.144,47	3.091.144,47
319011000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	87.048.124,02	87.048.124,02
319013000	OBRIGACOES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	3.530.837,71	3.530.837,71
319092000	PAGAMENTO DE PESSOAL EXERCICIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	3.143,08	3.143,08
319096000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00	4.596,32	4.596,32
330000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.847.911,76	0,00	31.847.911,76	28.564.328,16	-3.283.583,60
339000000	Aplicações Diretas	31.696.626,84	0,00	31.696.626,84	28.423.011,94	-3.273.614,90
339014000	DIARIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	284.506,00	284.506,00
339030000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	471.923,81	471.923,81
339033000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0,00	0,00	0,00	53.305,22	53.305,22
339036000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	0,00	0,00	0,00	939.909,39	939.909,39
339037000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	4.678.023,85	4.678.023,85
339039000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	0,00	0,00	0,00	5.622.328,08	5.622.328,08
339040000	Servicos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	968.665,56	968.665,56
339047000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	12.442,26	12.442,26
339092000	DESPESAS CORRENTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	534.984,23	534.984,23
339093000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00	14.856.923,54	14.856.923,54
339100000	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACOES ENTRE ORGAOS	151.284,92	0,00	151.284,92	141.316,22	-9.968,70
339140000	Servicos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	141.275,87	141.275,87
339147000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	40,35	40,35
400000000	DESPESA CAPITAL	2.411.290,61	0,00	2.411.290,61	1.141.908,67	-1.269.381,94
440000000	INVESTIMENTOS	2.411.290,61	0,00	2.411.290,61	1.141.908,67	-1.269.381,94
449000000	Aplicações Diretas	2.411.290,61	0,00	2.411.290,61	1.141.908,67	-1.269.381,94
449039000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	0,00	0,00	0,00	1.179,72	1.179,72
449047000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	1,18	1,18
449052000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	1.135.405,03	1.135.405,03
449092000	DESPESAS COM EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	5.322,74	5.322,74
	TOTAL GERAL	142.280.956,83	0,00	142.280.956,83	123.384.082,43	-18.896.874,40

THEREZALUCIA MATTOS DO NASCIMENTO PINHEIRO

CONTADOR CRC Nº MT 017309/O-0

A seguir, consta a execução das despesas no exercício de 2018:

Despesa	Exercício de 2018		
	Autorizada R\$	Realizada R\$	Sobra R\$
R\$	142.280.956,83	123.384.082,43	18.896.874,40

Fonte: FIPLAN – Anexo 12: Balanço Orçamentário de 2018 fls. 5 - documento digital nº 173554/2019.

49

L:\2018\ÁREA TÉCNICA\Defensoria Pública\Contas de Gestão\83216-2019rel.pre.docx



O Quociente da Realização da Despesa (QRD) = despesa orçamentária realizada / despesa orçamentária autorizada apresentou economia orçamentária de R\$ 18.896.874,40, conforme a seguir:

QUOCIENTE DA REALIZAÇÃO DA DESPESA (QRD) =	
Despesa Orçamentária Realizada	R\$ 123.384.082,43
Despesa Orçamentária Autorizada	R\$ 142.280.956,83
Economia Orçamentária	R\$ 18.896.874,40
Quociente da realização da Despesa	0,87

Fonte: FIPLAN – Anexo 12: Balanço Orçamentário de 2018 fls. 2/5 - documento digital nº 173554/2019.

O quociente resulta em 0,87, portanto menor que 1, isso significa que: <1 despesa realizada é menor do que a autorizada – economia orçamentária.

Demonstra-se a variação da despesa orçamentária dos exercícios de 2015 a 2018 por meio do quadro e gráfico:

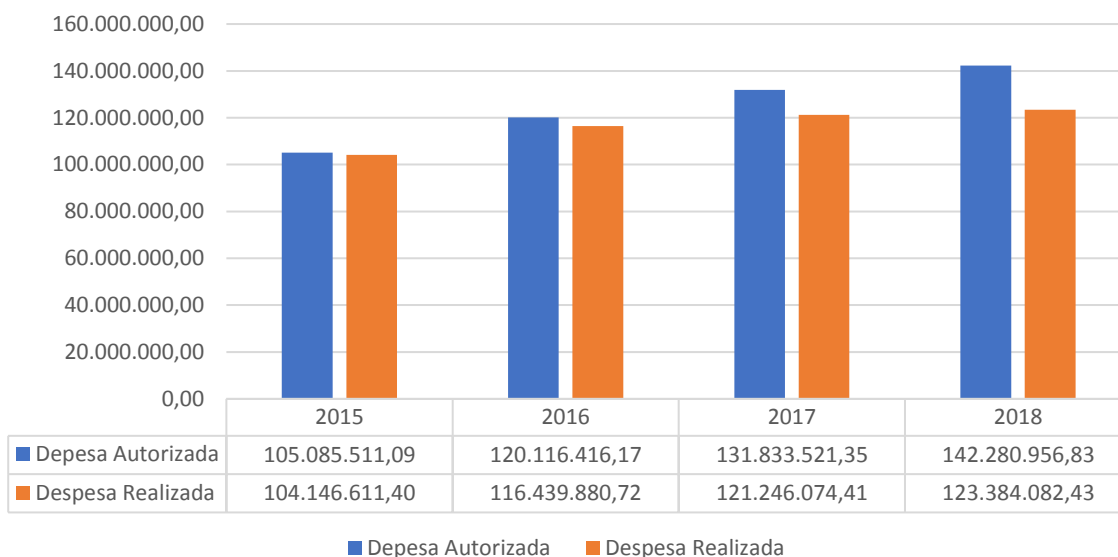
Variação da Despesa – Série Histórica em R\$

Exercício	Despesa Autorizada R\$	Despesa Realizada R\$
2015	105.085.511,09	104.146.611,40
2016	120.116.416,17	116.439.880,72
2017	131.833.521,35	121.246.074,41
2018	142.280.956,83	123.384.082,43

Fonte: FIPLAN – Anexo 12: Balanço Orçamentário de 2015/2018 fls. 2/5 - documento digital nº 173554/2019.



Variação da Despesa - Série Histórica em R\$



5.1.3.3. Resultado da execução orçamentária

O Quociente do Resultado da Execução Orçamentária (QREO) = Receita arrecadada/despesa realizada mostra que a receita arrecadada é maior que a despesa realizada:

QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO) =	
Receita Arrecadada	R\$ 129.938.023,49
Despesa Realizada	R\$ 123.384.082,43
Superávit	R\$ 6.553.941,06
Quociente	1,05

Fonte: FIPLAN – Anexo 12: Balanço Orçamentário de 2018 fl. 5 - documento digital nº 173554/2019.

O resultado apresentado foi de 1,05, portanto maior que 1, isso significa que: >1 a receita arrecadada é maior do que a despesa realizada – superávit orçamentário de execução.

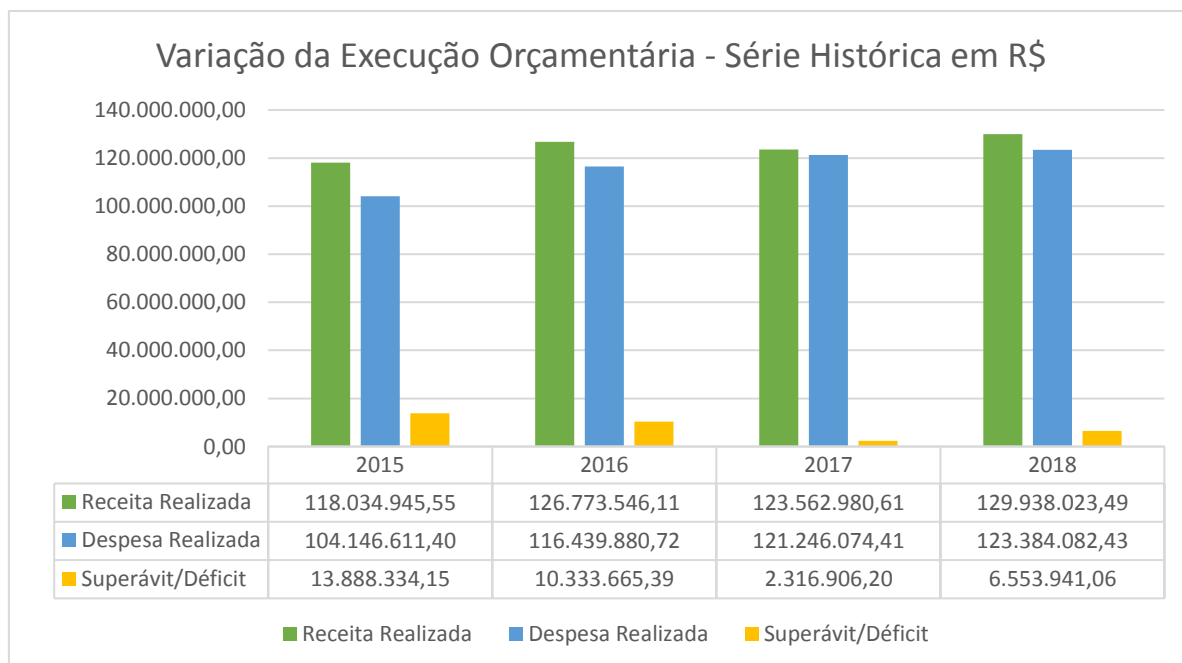


Mostra-se, na sequência, quadro e gráfico que expõem o histórico da execução orçamentária dos exercícios de 2015 a 2018:

Variação da Execução Orçamentária – Série Histórica em R\$

Exercício	Receita Realizada R\$	Despesa Realizada R\$	Superávit/Déficit R\$
2015	118.034.945,55	104.146.611,40	13.888.334,15
2016	126.773.546,11	116.439.880,72	10.333.665,39
2017	123.562.980,61	121.246.074,41	2.316.906,20
2018	129.938.023,49	123.384.082,43	6.553.941,06

Fonte: FIPLAN – Anexo 12: Balanço Orçamentário fls. 2/5 - documento digital nº 173554/2019.





5.1.4 Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2018

Anexo 13 - Lei 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

Unidade Orçamentária: 10101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	9.290.802,39	11.126.837,79
Ordinária	626.092,87	969.142,50
Vinculada	8.664.709,52	10.157.695,29
Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes	8.664.709,52	10.157.695,29
Transferências Financeiras Recebidas	120.647.221,10	112.448.157,82
Cota Recebida	120.647.221,10	112.436.142,82
Destaque Recebido	0,00	12.015,00
Recebimentos Extraorçamentários	123.406.963,79	121.418.185,81
Consignações do Exercício	25.894.881,40	25.468.538,23
Depósitos de Diversas Origens	22.881,36	22.111,40
Despesas Liquidadas a Pagar	86.886.536,06	84.548.951,57
Restos a Pagar Processados	6.241.696,47	8.255.456,95
Restos a Pagar não Processados	1.875.000,47	800.662,64
Consignações Inscritas em RP	2.371.087,33	2.216.284,81
Outros Credores e entidades a Curto Prazo	114.880,70	106.180,21
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	64.178.834,20	52.719.943,60
Bancos Conta Movimento	63.993.669,20	52.534.778,60
Capacidade Financeira	185.165,00	185.165,00
Recebida	185.165,00	185.165,00
TOTAL GERAL	317.523.821,48	297.713.125,02

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Despesa Orçamentária	123.384.082,43	121.246.074,41
Execução Direta	123.384.082,43	121.246.074,41
Ordinária	120.292.937,96	118.377.834,93
Vinculada	3.091.144,47	2.868.239,48
Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes	3.091.144,47	2.868.239,48
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	150.000,00
Execução de Destaque Recebido	0,00	150.000,00
Pagamentos Extraorçamentários	123.360.360,30	112.138.216,41
Consignações do Exercício	25.894.881,40	25.468.538,23
Depósitos de Diversas Origens	23.001,74	4.015,87
Despesas Liquidadas a Pagar	87.001.416,76	84.655.131,78
Restos a Pagar Processados	8.109.641,95	254.300,96
Restos a Pagar não Processados	111.901,63	1.703.607,86
Consignações Inscritas em RP	2.212.099,81	0,00
RP Não Processados de Exercícios Anteriores	4.190,96	3.379,84
Consignações do Exercício de RP não Processados	3.226,05	49.241,87
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	70.779.378,75	64.178.834,20
Bancos Conta Movimento	70.594.213,75	63.993.669,20
Capacidade Financeira	185.165,00	185.165,00
Recebida	185.165,00	185.165,00
TOTAL GERAL	317.523.821,48	297.713.125,02

THEREZALUCIA MATTOS DO NASCIMENTO PINHEIRO

CONTADOR CRC Nº MT 017309/O-0



5.1.4.1. Restos a pagar processados e não processados

FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar

*Exercício igual a 2018
Código da Unidade Orçamentária igual a 10101
*Mês de Referência igual a 12
*Movimentação (1-RP Exercícios Anteriores / 2-RP do Exercício / 3-Despesas em Inscrição no Exercício Atual / 4-Todas) igual a Todas Consolidado (1-Sim / 2-Não) igual a Não

CREDOR		EMPENHO			PROCESSADOS				NÃO PROCESSADOS					
CÓDIGO	NOME	Nº DO EMPENHO	DATA	FUNSUBPROJINAT/FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR	EM LIQUIDAÇÃO	A LIQUIDAR
2018.06747-2	Julio Cesar Madel de Oliveira	10101.0001.18.006954-2	11/12/2018	03.122.036.2005.339000000.100	607,00	0,00	0,00	607,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2018.06747-2					607,00	0,00	0,00	607,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018.06764-2	Valter Rogério Marques da Silva	10101.0001.18.006932-1	17/12/2018	03.122.036.2005.339000000.100	525,60	0,00	0,00	525,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CREDOR: 2018.06764-2					525,60	0,00	0,00	525,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL UG: 10101.0001					8.612.783,80	0,00	0,00	8.612.783,80	1.875.000,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875.000,47
TOTAL UO: 10101					8.612.783,80	0,00	0,00	8.612.783,80	1.875.000,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875.000,47
TOTAL EXERCÍCIO ATUAL					8.612.783,80	0,00	0,00	8.612.783,80	1.875.000,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875.000,47
TOTAL GERAL:					23.808.963,59	10.321.741,76	0,00	13.487.221,83	2.808.802,55	119.318,64	148.781,74	0,00	0,00	2.540.702,17

A movimentação dos Restos a Pagar **Processados** no exercício de 2018 foi a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA RESTOS A PAGAR PROCESSADOS NO EXERCÍCIO DE 2018				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO R\$	PAGO R\$	CANCELADO R\$	A PAGAR R\$
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	576.394,49	0,00	0,00	576.394,49
2012	3.962.749,54	0,00	0,00	3.962.749,54
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	92.794,00	0,00	0,00	92.794,00
2016	92.500,00	0,00	0,00	92.500,00
2017	10.471.741,76	10.321.741,76	0,00	150.000,00
2018	8.612.783,80	0,00	0,00	8.612.783,80
TOTAL	23.808.963,59	10.321.741,76	0,00	13.487.221,83

Fonte: FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar fls. 1/101 – documento digital nº 173562/2019.



No quadro acima demonstra a inscrição de Restos a Pagar Processados em 2017 de R\$ 10.471.741,76 e no exercício de 2018 de R\$ 8.612.783,80, em razão do atraso nos repasses dos recursos pelo Poder Executivo, o qual foi ajuizado arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF nº 504 no STF, conforme comentado no item 5.1.3.1 - Resultado da arrecadação receita.

Apresenta-se a movimentação dos Restos a Pagar **Não Processados** no exercício de 2018:

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO DE 2018 R\$				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	A PAGAR
2010	1.576,48	0,00	1.576,48	0,00
2011	91.687,89	0,00	91.687,89	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	39.875,07	4.190,96	16.141,50	19.542,61
2017	800.662,64	115.127,68	39.375,87	646.159,09
2018	1.875.000,47	0,00	0,00	1.875.000,47
TOTAL	2.808.802,55	119.318,64	148.781,74	2.540.702,17

Fonte: FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar fls. 1/101 – documento digital nº 173562/2019.

Evidencia-se o Resumo Geral da Conta Restos a Pagar Processados e não Processados do exercício de 2018:

RESUMO GERAL DE RESTOS A PAGAR						
PROCESSADOS R\$			NÃO PROCESSADOS R\$			
Exercícios Anteriores			Exercícios Anteriores			
Inscrito R\$	Pago R\$	A Pagar R\$	Inscrito R\$	Pago R\$	Cancelado	A Pagar R\$
15.196.179,79	10.321.741,76	4.874.438,03	933.802,08	119.318,64	148.781,74	665.701,70
Do Exercício de 2018			Do Exercício de 2018			
Inscrito	Pago	A Pagar	Inscrito	Pago	Cancelado	A Pagar
8.612.783,80	0,00	8.612.783,80	1.875.000,47	0,00	0,00	1.875.000,47
TOTAL DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			TOTAL DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
Inscrito	Pago	A Pagar	Inscrito	Pago	Cancelado	Saldo a Pagar
23.808.963,59	10.321.741,76	13.487.221,83	2.808.802,55	119.318,64	148.781,74	2.540.702,17
Restos a Pagar Processados mais Não Processados: 13.487.221,83 + 2.540.702,17 = 16.027.924,00						

Fonte: FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar fls. 1/101 documento digital nº 173562/2019.



O quadro acima demonstra o saldo dos Restos a Pagar Processados de R\$ 13.487.221,83 e Restos a Pagar não Processados de R\$ 2.540.702,17. Somados tais valores totalizam R\$ 16.027.924,00.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Anexo 17 da Lei 4.320/64

10101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Exercício de 2018

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO R\$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R\$
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR				
Processados	11.206.987,78	6.241.696,47	8.109.641,05	9.339.042,30
De Exercícios Anteriores	11.206.987,78	0,00	8.109.641,95	3.007.345,83
Do Exercício	0,00	6.241.696,47	0,00	6.241.696,47
Não Processados	933.802,08	1.875.000,47	268.100,38	2.540.702,17
De Exercícios Anteriores	933.802,08	0,00	268.100,38	665.701,70
Do Exercício	0,00	1.875.000,47	0,00	1.875.000,47
SUBTOTAL (I)	12.140.789,86	8.116.696,94	8.377.742,33	11.879.744,47
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES				
Depósitos	1.629.987,00	39.022,86	23.001,74	1.646.008,12
Depósitos para Recursos	676,07	0,00	676,07	0,00
Depósitos a Identificar	16.534,81	18.257,91	0,00	34.792,72
Outros Depósitos de Curto Prazo	1.612.776,12	20.764,95	22.325,67	1.611.215,40
Consignações	3.989.192,01	2.371.087,33	2.212.099,81	4.148.179,53
Consignações do Exercício	0,00	2.371.087,33	0,00	2.371.087,33
Consignações de RP Processados de exercícios Anteriores	1.772.907,20	0,00	0,00	1.772.907,20
Consignações de RP Processados do exercício	2.216.284,81	0,00	2.212.099,81	4.185,00
SUBTOTAL (II)	5.619.179,01	2.410.110,19	2.235.101,55	5.794.187,05
TOTAL GERAL	17.759.968,87	10.526.807,13	10.612.843,88	17.673.932,12

QUADRO DE RESUMO

Cancelamento de Restos a Pagar Processado - Principal	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar Não Processado - Principal	148.781,74
Baixa de Consignações de RP Não Processados	3.226,05
Cancelamento de Consignações de RP Processados	0,00
Cancelamento de Consignações de RP Não Processados	0,00

OBS: os cancelamentos de RP, assim como os cancelamentos das consignações e as baixas das consignações de RP Não Processados estão contidas nos respectivos itens e discriminados no resumo.

Evidencia-se os Restos a Pagar Processados e Não Processados conforme o Anexo 17, a seguir:



Demonstração da Dívida Flutuante

RESTOS A PAGAR						
Descrição	PROCESSADOS R\$			NÃO PROCESSADOS R\$		
	Exercícios Anteriores			Exercícios Anteriores		
	Inscrição	Baixa	A Pagar	Inscrição	Baixa	A Pagar
Folha de Pagamento e Fornecedores	11.206.987,78	8.109.641,95	3.097.345,83	933.802,08	268.100,38	665.701,70
Consignações a Pagar	1.772.907,20	0,00	1.772.907,20	0,00	0,00	0,00
Consignações a Pagar	2.216.284,81	2.212.099,81	4.185,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	15.196.179,79	10.321.741,76	4.874.438,03	933.802,08	268.100,38	665.701,70
Descrição	Do Exercício de 2018			Do Exercício de 2018		
	Inscrição	Baixa	A Pagar	Inscrição	Baixa	A Pagar
	Inscrição	Baixa	A Pagar	Inscrição	Baixa	A Pagar
Folha de Pagamento e Fornecedores	6.241.696,47	0,00	6.241.696,47	1.875.000,47	0,00	1.875.000,47
Consignações a Pagar	2.371.087,33	0,00	2.371.087,33	0,00	0,00	0,00
Subtotal	8.612.783,80	0,00	8.612.783,80	1.875.000,47	0,00	1.875.000,47
Total	23.808.963,59	10.321.741,76	13.487.221,83	2.808.802,55	268.100,38	2.540.702,17
Total dos Restos a Pagar: Processado e Não Processado = 13.487.221,83 + 2.540.702,17 = 16.027.924,00						

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante fl. 956 – documento digital nº 204596/2019.

Comparando-se os Restos a Pagar Processados e Não Processados constantes do FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar com o Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante, conforme abaixo:

RESTOS A PAGAR R\$						
Exercício	Demonstrativo de Restos a Pagar – FIP 226			Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17		
	Processados	Não - Processados	Total a Pagar	Processados	Não - Processados	Total a Pagar
Exercícios Anteriores	4.874.438,03	665.701,70	5.540.139,73	4.874.438,03	665.701,70	5.540.139,73
Exercício de 2018	8.612.783,80	1.875.000,47	10.487.784,27	8.612.783,80	1.875.000,47	10.487.784,27
Total	13.487.221,83	2.540.7602,17	16.027.924,00	13.487.221,83	2.540.702,17	16.027.924,00

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante fl.956 - documento digital nº 204596/2019 e FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar – fls. 1/101 – documento digital nº 173562/2019.

Diante do exposto, verifica-se que os Restos a Pagar Processados e Não Processados constantes do FIP 226 - Demonstrativo de Restos a Pagar - totalizaram



em R\$ 16.027.924,00, bem como o apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17.

O quociente de inscrição de restos a pagar no exercício de 2018, aplicando a fórmula: Restos a Pagar processados e não processados / Total da despesa empenhada encontra-se o que segue:

QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR (QIRP) =	
Restos a Pagar Processados e Não Processados	10.487.784,27
Despesa Empenhada	123.384.082,43
Quociente	0,08

O resultado apresentado foi de 0,08, portanto para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,08 foram inscritos em restos a pagar.

Em relação aos registros efetuados pelo sistema FIPLAN, foram analisados os processos de pagamentos de restos a pagar dos seguintes credores:

Demonstrativo de Processos de Restos a Pagar por Credor Analisados

CREDOR	NOTA DE LIQUIDAÇÃO Nº	VALOR R\$
Prefeitura Municipal de Cuiabá	10101.0001.17.007428-5	1.475,07
	10101.0001.17.007425-0	793,51
	10101.0001.17.007430-7	767,06
Banco do Brasil	10101.0001.17.008300-4	693,94
	10101.0001.17.007637-7	152.070,06
	10101.0001.17.008303-9	923,16
	10101.0001.17.008337-3	4.640,00
Tawfiq's Palace Hotel Ltda	10101.0001.17.008034-1	4.290,81
	10101.0001.17.008033-1	731,30
	10101.0001.17.007397-1	20.864,29
	10101.0001.17.007401-3	17.580,53
	10101.0001.17.008027-7	17.522,88
	10101.0001.17.008027-7	17.522,88
	10101.0001.17.008028-5	17.522,88
	10101.0001.17.008029-3	2.743,89
	10101.0001.17.007391-2	23.775,21



CREDOR	NOTA DE LIQUIDAÇÃO Nº	VALOR R\$
M.T.M Construções Ltda.	10101.0001.17.007394-7	26.028,34
	10101.0001.17.007392-0	4.186,14
	10101.0001.17.007400-5	6.049,63
	10101.0001.17.007397-1	20.864,29
	10101.0001.17.007394-7	26.028,34
	10101.0001.17.008088-9	26.028,34
	10101.0001.17.008030-7	14.778,99
	10101.0001.17.008086-2	27.961,35
Paiaguás Participações Admin Ltda.	10101.0001.17.007403-1	22.476,08
	10101.0001.17.008023-4	1.626,24
	10101.0001.17.007407-2	8.906,42
	10101.0001.17.007409-9	8.943,63
	10101.0001.17.007410-2	8.943,63
	10101.0001.17.007403-1	22.476,08
	10101.0001.17.007405-6	22.476,08
	10101.0001.17.008023-4	1.626,24
Paiaguás Participações Admin Ltda	10101.0001.17.007407-2	8.906,42
	10101.0001.17.007409-9	8.943,63
	10101.0001.17.007410-2	8.943,63
	10101.0001.17.008394-2	4.220,61
	10101.0001.17.008026-9	22.773,79
	10101.0001.17.008396-9	4.589,38
Amplus Gestão e Automação Ltda.	10101.0001.17.008025-0	8.495,13
	10101.0001.17.007361-0	12.981,60
	10101.0001.17.008392-6	0,01
	10101.0001.17.008373-1	12.981,60
	10101.0001.17.008375-6	12.981,60
	10101.0001.17.008376-4	5.288,80
	10101.0001.17.008386-1	5.288,80
	10101.0001.17.008388-8	5.288,80
	10101.0001.17.008391-8	5.288,79
	10101.0001.17.008380-2	1.833,34
Transamérica Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	10101.0001.17.008373-1	12.981,60
	10101.0001.17.008378-0	3.455,46
	10101.0001.17.007404-8	3.162,51
	10101.0001.17.007408-0	2.931,49
	10101.0001.17.007411-0	2.931,49
	10101.0001.17.007422-6	6.325,02
	10101.0001.17.007412-9	2.931,49
	10101.0001.17.007420-1	6.325,02
	10101.0001.17.007406-4	3.162,51
	10101.0001.17.007413-7	3.162,51
	10101.0001.17.007423-4	3.162,51
	10101.0001.17.007418-8	3.162,51
	10101.0001.17.007416-1	3.162,51
	10101.0001.17.008356-1	3.162,51
	10101.0001.17.008358-6	2.931,49
	10101.0001.17.008359-4	2.931,49
	10101.0001.17.008360-8	2.931,49



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

CREDOR	NOTA DE LIQUIDAÇÃO Nº	VALOR R\$
	10101.0001.17.008364-0	6.325,02
	10101.0001.17.005393-3	6.971,89
	10101.0001.17.008371-3	4.321,85
	10101.0001.17.007420-1	6.325,02
Eliane Leão Ormond de Campos	10101.0001.17.008063-3	12.113,24
W & M Publicidade	10101.0001.17.007368-8	389,40
Mérito Empreendimentos Ltda.	10101.0001.17.007383-1	5.443,81
	10101.0001.17.007384-1	5.443,81
	10101.0001.17.008322-5	3.788,41
	10101.0001.17.008321-7	1.655,40
	10101.0001.17.001279-1	14.676,03
	10101.0001.17.007200-8	1.665,40
	10101.0001.17.007347-5	5.030,53
Marmeleiro Auto Posto Ltda.	10101.0001.17.008268-7	4.505,78
Luís Cesar Kawasaki & Cia Ltda- EPP	10101.0001.17.007395-5	15.958,26
	10101.0001.17.007340-8	19.138,04
	10101.0001.17.007341-6	19.138,04
MB Terceirização e Serviços Ltda.	10101.0001.17.007311-4	4.761,72
	10101.0001.17.007286-1	2.535,94
	10101.0001.17.007290-8	14.774,48
	10101.0001.17.008334-9	18.576,93
Pantanal Vigilância e Segurança Ltda.	10101.0001.17.007442-0	29.219,22
	10101.0001.17.008020-1	29.219,22
	10101.0001.17.007428-5	23.797,80
	10101.0001.17.008018-8	13.907,37
	10101.0001.17.007425-0	13.331,05
	10101.0001.17.007430-7	12.886,68
	10101.0001.17.007444-7	13.331,05
	10101.0001.17.008367-5	10.686,00
	10101.0001.17.007436-6	13.907,37
	10101.0001.17.008014-5	13.907,37
Liderança Limpeza e Conservação	10101.0001.17.008264-4	26.377,24
	10101.0001.17.008265-2	27.444,52
	10101.0001.17.008390-1	19.733,27
Copysystems Copiadoras Sistemas e Serviços Ltda.	10101.0001.17.008031-5	35.127,38
	10101.0001.17.008032-3	6.862,79
Propag. Turismo Ltda - EPP	10101.0001.17.007332-7	1.449,60
	10101.0001.17.008383-7	40,00
	10101.0001.17.008384-5	1.459,16
SEPLAN/MT	10101.0001.17.008278-4	209.166,60
	10101.0001.17.008280-6	66.111,00
Sicredi MP/MT	10101.0001.17.007637-7	37.043,74
Quebec Administradora de Bens Ltda – ME	10101.0001.17.007359-9	6.694,09
	10101.0001.17.008262-8	5.578,41
Caixa Econômica Federal	10101.0001.17.007637-7	45.896,80
Prefeitura de Alto Araguaia	10101.0001.17.005861-1	115,23
TOTAL		1.567.768,79

FIP 680 – Pagamentos efetuados por Credor – Empenhos e Liquidações fls. 1/731 - documento digital nº 204596/2019 e FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar fls. 1/101 documento digital nº 173562/2019.



Não foram constatadas irregularidades nos pagamentos dos restos a pagar supracitados.

5.1.5. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2018

Anexo 14 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 10101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO		
<u>Ativo Circulante</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.594.213,75	63.993.669,20
(-) Valores a Regularizar da Conta Única	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	25.744.553,85	19.819.676,18
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	449.371,40	134.777,35
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	96.788.139,00	83.948.122,73
<u>Ativo Não-Circulante</u>		
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	5.578.836,05	6.523.750,29
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	5.578.836,05	6.523.750,29
TOTAL DO ATIVO	102.366.975,05	90.471.873,02
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
<u>Passivo Circulante</u>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	5.750.455,33	5.063.610,16
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	809.144,39	3.369.935,04
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	8.567.630,23	8.392.621,59
Total do Passivo Circulante	16.133.229,95	16.826.166,79
<u>Passivo Não Circulante</u>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	16.133.229,95	16.826.166,79
<u>Patrimônio Líquido</u>		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	87.233.745,10	73.645.706,23
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	87.233.745,10	73.645.706,23
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.366.975,05	90.471.873,02



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2018

Anexo 14 - Lei 4.320/64

Unidade Orçamentária: 10101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
(Lei nº 4.320/1964)			
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	
Ativo (I)			
Ativo Financeiro	93.205.150,49	80.682.238,27	
Ativo Permanente	9.161.824,56	9.789.634,75	
Total do Ativo	102.366.975,05	90.471.873,02	
Passivo (II)			
Passivo Financeiro	17.673.932,12	17.759.968,87	
Passivo Permanente	0,00	0,00	
Total do Passivo	17.673.932,12	17.759.968,87	
SALDO PATRIMONIAL	84.693.042,93	72.711.904,15	

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
(Lei nº 4.320/1964)			
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	7.608,79	7.608,79	
Direitos Contratuais	0,00	0,00	
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	
Total dos Atos Potenciais Ativos	7.608,79	7.608,79	
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	16.924,98	16.924,98	
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00	
Total dos Atos Potenciais Passivos	16.924,98	16.924,98	

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
(Lei nº 4.320/1964)			
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	
100- Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	20.825.771,74	14.903.404,07	
115- Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes	1.600.000,00	1.600.000,00	
300- Recursos Ordinários do Tesouro Estadual (ex. anteriores)	(10.058.315,98)	(10.865.918,31)	
315- Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes (ex. anteriores)	58.206.734,79	52.633.169,74	
393- Recursos de Transferências Voluntárias - Exercícios Anteriores	24.121,99	24.121,99	
640- Recursos Próprios (ex. anteriores)	4.932.905,83	4.627.491,91	
Total das Fontes de Recursos	75.531.218,37	62.922.269,40	

THEREZALUCIA MATTOS DO NASCIMENTO PINHEIRO

CONTADOR CRC Nº MT 017309/O-0



5.1.5.1. Situação financeira

QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) =	
Ativo Financeiro	93.205.150,49
Passivo Financeiro	17.673.932,12
Quociente	5,27

Fonte: Balanço Patrimonial de 2018 documento digital nº 39956/2019, fl. 50/51.

O Quociente de Situação Financeira – QSF é obtido dividindo-se o ativo financeiro pelo passivo financeiro, para evidenciar a situação financeira da Entidade. No caso da Defensoria Pública de Mato Grosso o QSF medido foi igual a 5,27.

Considerando o Balanço Patrimonial da Defensoria Pública apresentado para o exercício de 2018 constata-se que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo existem R\$ 5,27 de recursos disponíveis para pagamento.

5.1.6. Bens móveis e imóveis

O saldo da conta Bens Móveis do exercício de 2017 era de R\$ 11.537.736,20, a entrada de bens no exercício por aquisição e doação de R\$ 851.592,80, e a baixa por doação de R\$ 47.455,79, obtendo o saldo de R\$ 12.341.873,21.

Demonstrativo dos Bens Móveis e Imóveis e as Depreciações

	BENS MÓVEIS R\$				DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS R\$		
	Saldo Anterior	Entrada/Doação no Exercício	Baixa no Exercício	Saldo Atual	Saldo Anterior	Do Exercício	Saldo Acumulado
	11.537.736,20	851.592,80	47.455,79	12.341.873,21	5.559.160,51	1.749.051,25	7.308.211,76
Total	11.537.736,20	851.592,80	47.455,79	12.341.873,21	5.559.160,51	1.749.051,25	7.308.211,76
	BENS IMÓVEIS R\$				DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS R\$		



	Saldo Anterior	Entrada no Exercício	Baixa no Exercício	Saldo Atual	Saldo Anterior	Do Exercício	Saldo Acumulado
	545.174,60	0,00	0,00	545.174,60	0,00	0,00	0,00
Total	545.174,60	0,00	0,00	545.174,60	0,00	0,00	0,00
Total Geral	12.082.910,80	851.592,80	47.455,79	12.887.047,81	5.559.160,51	1.749.051,25	7.308.211,76

Fonte: FIP 215 - Balancete mensal de verificação fls.735/771 e FIP 630 fls.873/955 – documento digital nº 204596/2019.

De acordo com o quadro acima, o saldo do exercício de 2017 da conta bens imóveis era de R\$ 545.174,60 permanecendo o mesmo em 31/12/2018, pois não houve aquisições e nem baixa de bens imóveis no exercício em exame.

Somando-se o valor dos bens móveis de R\$ 12.341.873,21 ao dos bens imóveis de R\$ 545.174,60, encontra-se o total geral de R\$ 12.887.047,81, demonstrado no quadro acima. Foi apresentado também a depreciação do exercício dos bens móveis e imóveis, bem como o saldo acumulado dessas duas contas que totalizaram R\$ 7.308.211,76. Estes conferem com o FIP 215 - Balancete Mensal de Verificação de dezembro de 2018, fls.749/771 (documento digital nº 204596/2019).

Evidencia-se a seguir, o subgrupo Imobilizado:

Demonstrativo do Imobilizado.

IMOBILIZADO R\$						
Descrição	Saldo Anterior	Entrada / Doação de Bens	Baixa / Doação de Bens	Saldos sem Depreciação do Exercício	Depreciação do exercício	Saldo Atual dos Bens (-) Depreciação Acumulada
Bens Móveis	11.537.736,20	851.592,80	47.455,79	12.341.873,21	0,00	12.341.873,21
Depreciação (-)	5.559.160,51	0,00	0,00	5.559.160,51	1.749.051,25	7.308.211,76
Bens Móveis Líquido	5.978.575,69	851.592,80	47.455,79	6.782.712,70	1.749.051,25	5.033.661,45
Bens Imóveis	545.174,60	0,00	0,00	545.174,60	0,00	545.174,60
Depreciação (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis Líquido	545.174,60	0,00	0,00	545.174,60	0,00	545.174,60
Imobilizado (=)	6.523.750,29	851.592,80	47.455,79	7.327.887,30	1.749.051,25	5.578.836,05

Fonte: FIP 215 – Balancete mensal de verificação de dezembro/2018 fls.749/771 – documento digital nº 204596/2019.

O valor do Imobilizado é a soma dos bens móveis e imóveis já deduzido a depreciação acumulada, conforme demonstrado no quadro acima:



- bens móveis de R\$ 12.341.873,21, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 7.308.211,76, encontra-se o valor líquido de R\$ 5.033.661,45;
- bens imóveis de R\$ 545.174,60, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 0,00 resulta o valor líquido de R\$ 545.174,60;
- Somando os bens móveis líquidos de R\$ 5.033.661,45 e os bens imóveis líquidos de R\$ 545.174,60 encontra-se o valor do Imobilizado no montante de R\$ 5.578.836,05. Este valor confere com o FIP 215 – Balancete Mensal de Verificação de dezembro de 2018, referente à coluna Saldo Atual, bem como o apresentado no Balanço Patrimonial.

5.1.7 Transporte

No exercício de 2018, o controle de veículos da Defensoria Pública foi realizado pela Gerência de Transportes, tendo como responsável o servidor Thaderson Diorge Silva Duarte. A relação fornecida pela Defensoria Pública (documento digital nº 228348/2019) demonstra que foram utilizados no exercício de 2018, 29 veículos, sendo 4 pertencentes à frota própria e 25 à frota locada.

Da pesquisa realizada em 20/8/2019 no site do Detran – MT (www.detran.mt.gov.br), constatou-se que os quatros veículos que estão na posse da Defensoria não possuem débitos de licenciamentos e multas por infrações de trânsito referentes ao exercício de 2018.

A utilização dos veículos locados está amparada pelo Instrumento Contratual nº 008/2018, firmado com a empresa Luiz Cesar Kawasaki e Cia Ltda objetivando a prestação de serviço de locação de veículo.



As despesas pertinentes à aquisição de combustível para abastecimento da frota de veículos tiveram como respaldo os contratos relacionados no quadro a seguir:

Credores	Procedimento de Licitatório	Contrato nº
Marmeleiro Auto Posto Ltda	Pregão nº 017/2016/DP-MT	06/2017
Posto Leblon Ltda	Pregão 013/2018	029/2018

Os processos de pagamentos que compõem a amostra analisada, referente às aquisições de combustíveis da empresa Marmeleiro Auto Posto Ltda, conforme item 2 deste relatório, encontram-se devidamente formalizados, contendo o empenho, a liquidação, a nota de ordem bancária e as notas fiscais assinadas pelos servidores responsáveis pelos recebimentos dos produtos e demais documentos que comprovam a realização dessa despesa.

Constatou-se que nos processos de despesas com os fornecedores Marmeleiro Auto Posto Ltda e Posto Leblon Ltda, foi realizado acompanhamento das quantidades e valores abastecidos, comparando os tickets de abastecimento individuais com os valores cobrados pelos fornecedores.

5.2. Pontos de Controle Selecionados

5.2.1. Controle interno

A Lei nº 10.773 de 5/12/2018 dispôs sobre a Estrutura Organizacional, o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras de Apoio Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, conforme já mencionado no item 4.1 – Marco legal. Assim, a Estrutura Organizacional da Unidade de Controle Interno (UCI) da Defensoria Pública foi instituída por essa lei.



Como a Unidade de Controle Interno faz parte dos órgãos de apoio administrativo da Defensoria Pública, encontra-se disposto no artigo 5º, § 1º da Lei nº 10.773/2018, a qual faz parte da Administração Superior, conforme apresentação a seguir:

Item	Nomenclatura
I –	Administração Superior
II –	Órgãos de atuação - Execução Programática
III –	Órgãos Auxiliares
IV –	Órgãos de atuação - Administração Sistêmica
A Administração Superior é composta da seguinte forma:	
I –	Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado
a)	Assessoria-Chefia de Gabinete
b)	Assessoria Especial
c)	Assessoria Jurídica
d)	Assessoria Técnica
e)	Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional
f)	Cerimonial e Eventos Institucionais
g)	Unidade de Controle Interno
1)	Controlador Interno
h)	Unidade de Apoio à Gestão Estratégica
i)	Unidade de Inteligência e Segurança Institucional

Os artigos 6º, 7º e 8º e seus parágrafos da Lei nº 10.773/2018 estabeleceram as carreiras, os cargos e as atividades típicas pertencentes a cada um dos cargos e funções:

Art. 6º As carreiras de apoio administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso são constituídas de cargos de provimento efetivo e permanente, estruturados em classes, constantes do Anexo I, assim discriminados:

I - CONTROLADOR INTERNO: compreendendo o cargo que exige formação de nível superior em Administração, Direito, Ciências Contábeis ou Economia,

reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no respectivo Conselho/Delegacia ou Órgão quando este exigir para o exercício do cargo;

II - ANALISTA: compreendendo os cargos que exigem formação de nível superior, conforme Anexo I desta Lei;



III - TÉCNICO: compreendendo os cargos que exigem formação de nível médio.

Art. 7º Os cargos de provimento efetivo e permanente possuem códigos de identificação formados por letras maiúsculas, assim definidas:

I - DP-CI: Controlador Interno;

II - DP-AENS: Apoio Especializado de Nível Superior;

III - DP-ATNM: Apoio Técnico de Nível Médio.

Art. 8º As atividades típicas pertinentes a cada um dos cargos e funções de que trata esta Lei serão detalhadas no Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por ato do Defensor Público-Geral.

§ 1º Compete ao Regimento Interno da Corregedoria-Geral e do Conselho Superior disciplinar a organização e as atribuições gerais das respectivas unidades administrativas.

§ 2º O cargo de Técnico Administrativo, previsto na estrutura administrativa dos Núcleos da Defensoria Pública, nos denominados órgãos de Execução Programática, será distribuído segundo o disposto no Regimento Interno da Defensoria Pública.

Com referência ao Regimento Interno que deve tratar do detalhamento das atividades típicas pertinentes a cada um dos cargos e funções foi estabelecido no artigo 59 da mesma Lei, que o prazo para elaboração do Regimento Interno é de 180 dias: “no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, o Defensor Público-Geral deverá publicar o regimento interno da instituição, nos moldes do art. 8º desta Lei”. Esse prazo expira em junho de 2019, uma vez que a Lei foi promulgada em 5 dezembro de 2018.

O preenchimento do cargo de Controlador Interno da UCI da Defensoria Pública foi normatizado no artigo 57 da Lei 10.773/20128 e seus parágrafos:

Art. 57 Enquanto inexistir concurso público para provimento do cargo de Controlador Interno, a Unidade de Controle Interno será chefiada por servidor efetivo do quadro da Defensoria Pública, nomeado pelo Defensor Público-Geral, na condição de Coordenador de Controle Interno.

§ 1º Após a realização de concurso específico e respectiva posse, o Controlador Interno será o responsável pela chefia da Unidade de Controle Interno, transformando-se o cargo comissionado de Coordenador do Controle Interno em Coordenador da Unidade de Apoio a Gestão Estratégica, de livre nomeação e exoneração pelo Defensor Público-Geral.

§ 2º Ocorrendo a vacância do cargo de Controlador Interno, a chefia da Unidade de Controle Interno será ocupada por servidor efetivo lá lotado, designado pelo



Defensor Público-Geral, fazendo jus ao recebimento do subsídio do cargo de Controlador Interno, respeitada a mesma classe e nível.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o Defensor Público-Geral deverá determinar providências para preencher o cargo vago mencionado.

A Defensoria Pública emitiu a Instrução Normativa nº 4/2018-DPG, de 6 de março de 2018 em que regulamenta o Sistema de Controle Interno – SCI no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

De acordo com o artigo 2º da Resolução nº 4/2018 o Sistema de Controle Interno consiste:

[...] no conjunto de atividades de controle realizadas em toda a estrutura organizacional destinadas a assegurar a salvaguarda dos ativos, a eficiência e eficácia operacional, a legitimidade, a transparência, a efetividade dos gastos públicos, e o cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares, zelando sempre pela economicidade, moralidade, probidade, e juridicidade dos atos e procedimentos, compreendendo, particularmente:

I - o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia objetivando o cumprimento das diretrizes, metas e orçamentos, e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica de cada unidade administrativa;

II - o controle do uso e guarda dos bens pertencentes ou sob a guarda ou responsabilidade da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

III - o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas, efetuado pelos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

IV - o controle exercido pela Unidade de Controle Interno destinado a avaliar a eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno da Administração e a assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos à legislação infraconstitucional;

V - desenvolvimento da eficiência operacional, avaliação do cumprimento das diretrizes, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas;

VI - verificação da exatidão e da fidelidade das informações para assegurar o cumprimento da lei [grifo nosso].

O artigo 3º da Resolução nº 4/2018 define o que se entende por Unidade de Controle Interno, o seu Parágrafo Único estabelece que a unidade é hierarquicamente vinculada direta e exclusivamente ao Defensor Público-Geral, conforme a seguir:



Art. 3º. Entende-se por Unidade de Controle Interno a unidade administrativa responsável pela coordenação e avaliação do Sistema de Controle Interno.

Parágrafo único. A Unidade de Controle Interno é hierarquicamente vinculada direta e exclusivamente ao Defensor Público-Geral.

O artigo 4º define as Unidades Executoras:

Art. 4º. Entende-se por Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno todas as unidades da estrutura organizacional, sejam de funções finalísticas ou de caráter administrativo.

O artigo 5º trata da operacionalização do Sistema de Controle Interno:

Art. 5º. Para a operacionalização do Sistema de Controle Interno da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, as atividades desenvolvidas ao longo da estrutura organizacional serão identificadas na forma de sistemas administrativos, observando-se o organograma aprovado pela Administração Superior.

Parágrafo único. Entende-se por sistema administrativo o conjunto de atividades relacionadas às funções finalísticas ou de apoio, objetivando um resultado de interesse público, distribuídas em diversas unidades da estrutura organizacional, e executadas sob a orientação técnica da unidade que lhe for responsável.

O artigo 12 e seus incisos da Resolução nº 4/2018 tratam da avaliação do Sistema de Controle Interno, a seguir:

Art. 12. A Avaliação do Sistema de Controle Interno consiste em verificar se as atividades de controle em nível de atividades, processos ou operações específicas estão apropriadamente concebidos e se funcionam de forma eficaz, de maneira contínua e coerente.

§ 1º. A Unidade Controle Interno realizará a avaliação do sistema de controle interno, de acordo com regras e cronograma previamente estabelecidos no Plano Anual de Atividades da Unidade de Controle Interno - PAACI.

§ 2º. O relatório da avaliação será encaminhado ao Defensor Público-Geral para que, se entender pertinente, dê ciência aos responsáveis pelos processos avaliados, bem como para a apresentação de sugestões de melhorias.

§ 3º. Os instrumentos elencados nos incisos do artigo 11 poderão ser realizados mediante amostragem definida pela Unidade de Controle Interno.

O Sistema de Controle Interno da Defensoria Pública está sendo estruturado no exercício de 2019, mediante a contratação de uma Assessoria Técnica.



5.2.2. Prestação de contas

As informações e os documentos obrigatórios foram enviados tempestivamente ao TCE/MT, conforme art. 70, CF e art. 182 da Resolução Normativa nº 14/07- TCE/MT.

Apresenta-se a seguir, a data de encaminhamento dos balancetes, documentos e informações ao TCE/MT:

Demonstrativo da Entrada dos Balancetes no TCE

ASSUNTO	PRAZO LEGAL	Nº PROCESSO	DATA REMESSA	SITUAÇÃO
Balancete de janeiro	28/2/2018	119113/2018	28/2/2018	Regular
Balancete de fevereiro	31/3/2018	142395/2018	27/3/2018	Regular
Balancete de março	30/4/2018	162507/2018	17/4/2018	Regular
Balancete de abril	31/5/2018	202134/2018	29/5/2018	Regular
Balancete de maio	30/6/2018	231045/2018	26/6/2018	Regular
Balancete de junho	31/7/2018	255823/2018	24/7/2018	Regular
Balancete de julho	31/8/2018	281956/2018	23/8/2018	Regular
Balancete de agosto	30/9/2018	305626/2018	27/9/2018	Regular
Balancete de setembro	31/10/2018	331171/2018	30/10/2018	Regular
Balancete de outubro	30/11/2018	346845/2018	22/11/2018	Regular
Balancete de novembro	31/12/2018	369993/2019	18/12/2019	Regular
Balancete de dezembro	31/1/2019	43214/2019	31/1/2019	Regular
Contas Anuais	1º/3/2019	83216/2019	27/2/2019	Regular

Fonte: Control-P – consulta realizada em 14/08/2019.

5.3. Outras informações relevantes

5.3.1 Diárias

As análises às diárias concedidas pela Defensoria Pública foram realizadas tomando-se por base as disposições das Instruções Normativas 05/2011/DPG e 001/2017 DPG, publicada em 23 de novembro de 2017 no DOE nº 27148.



No exercício de 2018 a Defensoria Pública realizou pagamentos a seus servidores e membros, a título de diárias, correspondendo a um total de recursos equivalente a R\$ 284.506,00, conforme FIP 002 – Demonstrativo de Diárias fls. 1/14 - documento digital nº 182349/2019.

A amostra analisada foi selecionada pelo procedimento de Amostragem Aleatória Simples, considerando-se a representatividade financeira e critérios de julgamento desta equipe de auditoria.

A amostra consistiu da análise dos seguintes processos de diárias:

Amostragem Referente a Diárias Analisadas				
Servidor	NOB nº	Data da NOB	Valor R\$	Período da viagem
Alex Campos Martins	66849	29/8/2018	2.400,00	3/9 a 26/9/2018
Amanda Vasconcelos Dare	58961	3/8/2018	1.125,00	1/8 a 28/9/2018
Amanda Vasconcelos Dare	78375	9/10/2018	1.375,00	2/10 a 31/10/2018
Daniel Rodrigo de Souza Pinto	96357	28/12/2018	2.400,00	12/12 a 20/12/2018
Daniel Rodrigo de Souza Pinto	88982	30/11/2018	3.600,00	26/11 a 8/12/2018
Fernando Ciscato Bastos	68477	10/9/2018	2.016,90	9/9 a 22/9/2018
Gisele Chimatti Berna	06838	8/2/2018	5.250,00	24/1 a 8/2/2018
Gisele Chimatti Berna	89611	30/11/2018	1.800,00	2/12 a 8/12/2018
Jacqueline Gevizier Rodrigues	68345	10/9/2018	2.016,90	9/9 a 22/9/2018
Jacqueline Gevizier Rodrigues	06854	8/2/2018	5.600,00	23/1 a 8/2/2018
Jacqueline Gevizier Rodrigues	40777	5/6/2018	1.857,00	3/6 a 16/6/2018
José Edir de Arruda M. Júnior	06862	8/2/2018	5.250,00	23/1 a 7/2/2018
José Edir de Arruda M. Júnior	88400	26/11/2018	3.900,00	25/11 a 8/12/2018
Jumar Alves Senabio	66571	27/8/2018	1.625,00	15/9 a 21/8/2018
Jéssica Duarte Maffini	80108	24/10/2018	1.350,00	22/10 a 26/10/2018
Lúcio Andrade do Nascimento	12439	5/3/2018	3.150,00	11/3 a 18/3/2018
Lúcio Andrade do Nascimento	61774	16/8/2018	1.350,00	21/8 a 24/8/2018
Malcom Alan Fraga Vendrusculo	68361	10/9/2018	2.016,90	9/9 a 22/9/2018
Marcelo Luiz Nunes de Moraes	09896	23/2/2018	1.375,00	26/2 a 3/3/2018
Marcelo Luiz Nunes de Moraes	57440	24/7/2018	1.375,00	16/7 a 21/7/2018
Marcelo Luiz Nunes de Moraes	57661	26/7/2018	3.125,00	23/7 a 4/8/2018
Milena Rondon Freire da Silva	67624	3/9/2018	2.000,00	3/9 a 26/9/2018
Nicolas Andres Vico Sierra	87277	9/11/2018	1.800,00	8/11 a 20/11/2018
Rosana Esteves Monteiro	39361	24/5/2018	1.400,00	22/5 a 26/5/2018
Tiago Paludo	57394	24/7/2019	1.375,00	16/7 a 21/7/2018
Tiago Paludo	57645	26/7/2018	3.125,00	23/7 a 4/8/2018



Amostragem Referente a Diárias Analisadas

Valter José da Costa	57548	26/7/2018	2.500,00	23/7 a 4/8/2018
Wagner Gomes dos Santos	57475	25/7/2018	1.375,00	16/7 a 21/7/2018
Willyan Luis Almeida dos Santos	57610	26/7/2018	3.125,00	23/7 a 4/8/2018
Total			70.657,70	

Fonte: FIP 002 – Demonstrativo de Diárias fls. 1/14 – documento digital nº 182349/2019.

Verifica-se que os processos de pagamentos que compõem a amostra desta análise estão devidamente formalizados, contendo a ordem de serviço que autorizou o deslocamento, a nota de empenho, a nota de liquidação, a nota de ordem bancária – NOB e o relatório de viagem. Contudo, depreende-se que em alguns casos os pagamentos ocorreram após o início das viagens, conforme datas constantes das NOBs, veja-se:

Notas de Ordem Bancária - NOB com data posterior ao início/término das viagens

Servidor	NOB nº	Data da NOB	Valor R\$	Período da viagem
Amanda Vasconcelos Dare	58961	3/8/2018	1.125,00	1º/8 a 28/9/2018
Amanda Vasconcelos Dare	78375	9/10/2018	1.375,00	2/10 a 31/10/2018
Daniel Rodrigo de Souza Pinto	96357	28/12/2018	2.400,00	12/12 a 20/12/2018
Daniel Rodrigo de Souza Pinto	88982	30/11/2018	3.600,00	26/11 a 8/12/2018
Fernando Ciscato Bastos	68477	10/9/2018	2.016,90	9/9 a 22/9/2018
Gisele Chimatti Berna	06838	8/2/2018	5.250,00	24/1 a 8/2/2018
Jacqueline Gevizier Rodrigues	68345	10/9/2018	2.016,90	9/9 a 22/9/2018
Jacqueline Gevizier Rodrigues	06854	8/2/2018	5.600,00	23/1 a 8/2/2018
Jacqueline Gevizier Rodrigues	40777	5/6/2018	1.857,00	3/6 a 16/6/2018
José Edir de Arruda M. Júnior	06862	8/2/2018	5.250,00	23/1 a 7/2/2018
José Edir de Arruda M. Júnior	88400	26/11/2018	3.900,00	25/11 a 8/12/2018
Jéssica Duarte Maffini	80108	24/10/2018	1.350,00	22/10 a 26/10/2018
Malcom Alan Fraga Vendrusculo	68361	10/9/2018	2.016,90	9/9 a 22/9/2018
Marcelo Luiz Nunes de Moraes	57440	24/7/2018	1.375,00	16/7 a 21/7/2018
Marcelo Luiz Nunes de Moraes	57661	26/7/2018	3.125,00	23/7 a 4/8/2018
Nicolas Andres Vico Sierra	87277	9/11/2018	1.800,00	8/11 a 20/11/2018
Rosana Esteves Monteiro	39361	24/5/2018	1.400,00	22/5 a 26/5/2018
Tiago Paludo	57394	24/7/2018	1.375,00	16/7 a 21/7/2018
Tiago Paludo	57645	26/7/2018	3.125,00	23/7 a 4/8/2018
Valter José da Costa	57548	26/7/2018	2.500,00	23/7 a 4/8/2018
Wagner Gomes dos Santos	57475	25/7/2018	1.375,00	16/7 a 21/7/2018
Willyan Luis Almeida dos Santos	57610	26/7/2018	3.125,00	23/7 a 4/8/2018



Notas de Ordem Bancária - NOB com data posterior ao início/término das viagens

Total			56.957,70
--------------	--	--	------------------

Fonte: FIP 002 – Demonstrativo de Diárias fls. 1/14 (documento digital nº 182349/2019 e FIP 680 – Pagamentos Efetuados por Credor – Empenhos e Liquidações fls. 1/731 - documento digital nº 204596/2019.

Em assim sendo, sugere-se a notificação ao Defensor Público-Geral para que nos procedimentos de concessão de diárias seja observada a forma de pagamento estabelecida no artigo 8º da Instrução normativa nº 05/2011/DPG, que dispõe:

Art. 8º. As diárias, concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, **serão pagas antecipadamente**, de uma só vez, mediante crédito em conta bancária, exceto em casos de emergência, em que poderão ser processadas no decorrer do afastamento (grifo nosso).

5.3.2. Adiantamentos

Para análise dos adiantamentos concedidos pela Defensoria Pública, no exercício de 2018, utilizou-se como legislação aplicável o Decreto nº 20/1999 editado pelo Executivo Estadual e a Lei nº 4.320/64.

No exercício de 2018 a Defensoria Pública realizou pagamentos a seus servidores e membros, a título de adiantamentos, correspondendo a um total de recursos equivalente a R\$ 118.974,59, conforme FIP 004 - Demonstrativo Analítico das Ocorrências Mensais Relativas a Adiantamentos Concedidos fls. 15/18 - documento digital nº 182349/2019.

A amostra analisada foi selecionada pelo procedimento de Amostragem Aleatória Simples, considerando-se a representatividade financeira e critérios de julgamento desta equipe de auditoria.

A amostra consistiu da análise dos seguintes processos de adiantamentos:



Demonstrativo de Adiantamentos Analisados					
Nº Empenho	Beneficiário	Data de Recebimento	Elemento de Despesa	Valor R\$	Prestação de Contas
18.000928-0	Valdenir Luiz Pereira	12/3/2018	39	1.055,00	Sim
18.001018-1	Juliano Botelho de Araújo	14/3/2018	39	1.400,00	Sim
18.002908-7	Marcus Vinicius Esbalqueiro	28/6/2018	36	1.280,00	Sim
18.003488-9	Jacqueline Gevazier Rodrigues de Almeida	12/7/2018	36	1.280,00	Sim
18.003495-1	Janaina Yumi Osaki	16/7/2018	36	1.200,00	Sim
18.004148-6	Giovanna Marielly da Silva	6/8/2018	36	1.000,00	Sim
18.004158-3	Shalimar Bencice	8/8/2018	36	2.020,00	Sim
18.004185-0	Paulo José Martins Grama	15/8/2018	36	2.000,00	Sim
18.004186-9	Mauro César Duarte Filho	16/8/2018	39	1.010,00	Sim
18.004239-3	Marcus Vinicius Esbalqueiro	27/8/2018	36	1.280,00	Sim
18.004309-8	Ubirajara Vicente Luca	10/9/2018	36	1.260,00	Sim
18.004316-0	Denis Thomaz Rodrigues	11/9/2018	36	1.280,00	Sim
18.004319-5	Maicom Alan Fraga Vendruscolo	11/9/2018	39	1.500,00	Sim
18.004318-7	Valdenir Luiz Pereira	11/9/2018	39	1.800,00	Sim
18.005234-8	Adriana da Silva Rodrigues	8/10/2018	39	1.860,00	Sim
18.005588-6	Janaina Yumi Osaki	15/10/2018	36	1.200,00	Sim
18.005631-9	Leandro Fabris Neto	16/10/2018	39	1.280,00	Sim
18.005743-9	Guilherme Ribeiro Rigon	24/10/2018	36	1.280,00	Sim
18.006245-9	Vinicius William Ishy Fuzaro	14/11/2018	39	1.950,00	Sim
18.006300-5	Ana Lúcia Gonçalves Bandeira Duarte	26/11/2018	30	1.270,00	Sim
18.006778-7	Valdenir Luiz Pereira	4/12/2018	30	1.121,50	Sim
18.006815-5	Ana Lúcia Gonçalves Bandeira Duarte	6/12/2018	36	1.590,00	Sim
18.006872-4	Tania Luzia Vizeu Fernandes	12/12/2018	36	2.000,00	Sim
18.006894-5	Janaina Yumi Osaki	14/12/2018	36	1.200,00	Sim
18.001061-0	Valdenir Luiz Pereira	22/3/2018	30	1.042,70	Sim
18.001130-7	Claudineia Santos de Queiroz	11/4/2018	39	1.800,00	Sim
	Total			36.959,20	

Fonte: FIP 004 - Demonstrativo Analítico das Ocorrências Mensais Relativas a Adiantamentos Concedidos fls. 15/18 - documento digital nº 182349/2019.

Da análise da documentação comprobatória que suporta as informações evidenciadas no quadro anterior, constata-se que a natureza das despesas realizadas por conta do regime de adiantamento está em consonância com o artigo 11 e incisos



do Decreto 20/1999 e artigo 68 da Lei 4.320/1964. Verificou-se, ainda, que os processos de prestação de contas encontravam-se instruídos com o ato de concessão do adiantamento, a nota de empenho e da liquidação, os comprovantes das despesas realizadas com o devido atesto certificando que os serviços foram realizados e as aquisições foram recebidas, a nota de ordem bancária e o demonstrativo de receita e despesa evidenciando a movimentação ocorrida com o numerário.

Destaca-se também que a operacionalização da concessão, pagamento e recebimento da prestação de contas foi registrada no sistema Fiplan, com a respectiva baixa do adiantamento no sistema, conforme depreende-se do relatório FIP 004 fls. 15/18 - documento digital nº 182349/2019.

5.4. Item informativo

5.4.1 Licitações e Contratos

Conforme informações constantes da relação (documento digital nº 182481/2019) apresentada pela Defensoria Pública, verifica-se que no exercício de 2018, foram realizados 41 procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Presencial, veja-se:

Modalidade – Pregão Presencial	Data da Homologação	Objeto da Licitação	Empresa Vencedora
1/2018	7/6/2018	Aquisição de móveis de aço.	Jaime Trentin e Cia Ltda.
2/2018	2/3/2018	Aquisição de materiais elétricos – parte 01.	Coxipó Materiais Elétricos Ltda – ME.
3/2018	19/3/2018	Contratação dos serviços de monitoramento eletrônico.	CSM Com. em Sistemas de Seg. Eireli – EPP.
4/2018	16/4/2018	Aquisição de longarinas.	Milanflex Ind. e Com. de Móveis e Equipamentos Ltda.
5/2018	3/5/2018	Aquisição de aparelhos telefônicos.	MEM Tecnologia Eirelli – EPP.
6/2018	8/3/2018	Aquisição de bebedouros elétricos.	NV Franco Com. e Serv. de Inf. e Climatização Eireli – ME.



Modalidade – Pregão Presencial	Data da Homologação	Objeto da Licitação	Empresa Vencedora
7/2018	8/3/2018	Aquisição de cadeiras e poltronas.	Lotes 1, 3 e 4: Milanflex Ind. e Com. de Móveis e Equipamentos Ltda. Lote 2: LF Comércio de Equip. de Inf. e Representações Ltda – ME.
8/2018	19/3/2018	Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar.	Lotes 1 a 19: MG Construtora e Prestadora de Serviços Eireli – ME.
9/2018	22/3/2018	Aquisição de materiais elétricos – parte 02.	Coxipó Materiais Elétricos Ltda. ME.
10/2018	9/4/2018	Contratação de serviços de manutenção predial.	Lotes 1, 2, 3 e 8: BC Construtora BR Central Eireli – EPP. Lotes 4, 5, 6, 10 a 14 e 17: TMF Comércio, Serviços e Representações Eireli – EPP Lotes 07, 09 e 16: Expecta Serviços de Engenharia Ltda - ME. Lote 15: Tat. Administradora de Serviços Eireli - EPP.
11/2018	11/4/2018	Aquisição de materiais elétricos.	Lote 01: 3M Com. de Mat. Elétricos Const. e Equipamentos Ltda. Lote 02: Coxipó Materiais Elétricos Ltda - ME.
12/2018	6/4/2018	Contratação dos serviços de limpeza e higienização de carpete e estofados.	Lavanderia Fênix e Terceirização em Serviços.
13/2018	15/5/2018	Aquisição de combustível.	Posto Leblon Ltda.
14/2018	13/4/2018	Contratação de serviços de coffe break.	Pires de Miranda & cia Ltda.
15/2018	4/5/2018	Aquisição de materiais.	Coxipó Materiais Elétricos Ltda ME.
16/2018	9/5/2018	Aquisição de equipamentos de áudio.	Fracassado.
17/2018	10/7/2018	Aquisição de certificado digital.	Não adjudicado.
18/2018	10/5/2018	Aquisição de camisetas e bonés.	Stamp Dist. de Malhas Ltda.
19/2018	7/6/2018	Aquisição de chaves e carimbos.	Domingos Sávio Queiroz Porto ME.
20/2018	7/6/2018	Aquisição de placas.	União Comunicação Visual Eireli.
21/2018	20/6/2018	Contratação de serviços gerais, recepção e motorista.	Revogação dos atos executórios.
22/2018	11/7/2018	Aquisição de persianas.	Multus Comercial Ltda – ME.
23/2018	24/9/2018	Contratação de serviços de dedetização.	Lote 1: KS Controle de Pragas e Solução Ambiental Ltda - EPP. Lote 2: Controll Prag. Serviços Ltda.
24/2018	24/8/2018	Aquisição de materiais de limpeza.	Lotes 1: Arena Mix Comércio e Serviços Eireli. Lote 3: Ativa Comércio de Produtos Alimentos Ltda ME. Lotes 2 e 4: Brivia Comércio de Máquinas Industriais Eireli - ME.



Modalidade – Pregão Presencial	Data da Homologação	Objeto da Licitação	Empresa Vencedora
25/2018	12/7/2018	Contratação dos serviços de reforma e adequação predial.	Repetição do certame.
26/2018	24/8/2018	Contratação dos serviços de sonorização.	Elo Eventos e Locações Ltda,
27/2018	22/8/2018	Aquisição de materiais gráficos.	Lotes 1, 7, 8: 4D Designer Gráfica e Editora Ltda. Lotes 2 e 4: Promo Gráfica Editora e Comunicação Visual Eireli - ME. Lote 5: Gráfica Millenium Ltda. Lote 3, 6: Elifrances Ind. Com. Gráfica e Editora Ltda.
28/2018	24/9/2018	Contratação dos serviços de reforma e adequação predial – região norte.	Lotes 1 a 17: Tat. Administradora de Serviços Eirelli.
29/2018	9/5/2019	Contratação de serviços de vigilância desarmada.	Lote 1: Trunk Segurança Eireli EPP. Lote 2: Multiforte Segurança e Vigilância Privada Ltda.
30/2018	18/9/2018	Aquisição de certificado digital.	Instituto Euvaldo Lodi (IEL).
31/2018	20/9/2018	Aquisição de comunicação visual.	Lotes 1 e 6: União Comunicação Visual Eireli. Lote 2: DWG Projetos e Impressão Digital Ltda - ME. Lotes 3, 4 e 5: Gráfica do Preto Ltda ME.
32/2018	12/11/2018	Aquisição de materiais de papelaria.	Lotes 1, 2 e 6: Comercial Prime de Móveis – Eireli. Lote 3: Monteiro Indústria de Bobinas e Etq. Ltda - ME. Lotes 4, 5 e 8: F. L. Aguiar Comércio e Serviços Eireli ME. Lote 7: Original Papelaria e Serviços Ltda EPP. Lote 9: MMC Equipamentos Reprográficos Ltda - EPP.
33/2018	30/11/2018	Aquisição de materiais de copa.	Lotes 1 e 3: Ativa Comércio de Produtos Alimentos Ltda - ME.
34/2018	5/10/2018	Aquisição de materiais de construção.	Lotes 1 e 4: Multus Comercial Ltda. Lotes 2, 3, 4 e 5: Atacadão da Construção Ltda.
35/2018	13/12/2018	Contratação dos serviços de reforma e adequação predial – região centro sul.	Certame anulado.
36/2018	30/4/2019	Aquisição de materiais elétricos – parte 05.	Fracassado.
37/2018	26/11/2018	Contratação dos serviços de limpeza de terreno.	Liderança – Serviços Terceirizados – ME.
38/2018	28/1/2019	Aquisição de água e gás de cozinha.	Lotes 1 e 2: Flôr de Maio Com. Varej. de Prod. Alimentícios Eireli ME. Lote 3: Gasolini Comércio e Serviços Eireli.
39/2018	14/11/2018	Aquisição de materiais de copa.	Flôr de Maio Com. Varej. de Prod. Alimentícios Eireli - ME.



Modalidade – Pregão Presencial	Data da Homologação	Objeto da Licitação	Empresa Vencedora
40/2018	26/11/2018	Aquisição de nobreaks.	Lote 1: Data Manager Prestadora de Serviços de Informática. Lote 2: Mem Tecnologia Eireli -EPP.
41/2018	26/3/2019	Aquisição de extintores e recarga.	Mega Extintores Ltda – EPP.

Fonte: Relação fornecida pela Defensoria Pública fls. 1/4 - documento digital nº 182401/2019.

No exercício de 2018 foram firmados pela Defensoria Pública 70 instrumentos contratuais, no valor total de R\$ 4.382.217,70 conforme quadro a seguir:

Demonstrativo dos Contratos Celebrados em 2018

Contrato Nº	Data da Assinatura	Credor	Vigência		Objeto	Valor R\$
1/2018	2/1/2018	Transamérica Serviços de Vigilância e Segurança – Eireli.	2/1/18	2/1/20	1 posto de vigilância desarmada para atender o Núcleo de Chapada dos Guimarães.	45.071,40
2/2018	17/1/2018	Dismeq Comercial de Máquinas para Escritório Ltda – EPP.	17/1/18	17/1/19	Contratação de empresa para fornecimento de condicionadores de ar, para atender o Núcleo Civil da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.	4.640,00
3/2018	17/1/2018	D'a Aragão Comércio – ME.	17/1/18	17/1/19	Contratação de empresa para fornecimento de condicionadores de ar, para atender o Núcleo Civil da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.	6.200,00
4/2018	30/1/2018	Comercial Prime de Móveis Eireli.	30/1/18	30/1/19	Aquisição de material de consumo, de uso contínuo, para a Defensoria Pública, nos termos da adesão a ata de registro de preços nº 083/2016 do Pregão presencial nº 101/2016 e seus anexos.	1.902,50
5/2018	30/1/2018	Coxipó Comércio de Produtos de Papelaria, Importação e Exportação Ltda.	30/1/18	30/1/19	Aquisição de material de consumo, de uso contínuo, para a Defensoria Pública, nos termos da adesão à Ata de Registro de Preços nº 084/2016 do Pregão presencial nº 101/2016 e seus anexos.	461,50



Contrato N°	Data da Assinatura	Credor	Vigência		Objeto	Valor R\$
6/2018	30/1/2018	Simone Cristina Rodrigues me.	30/1/18	30/1/19	Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo/expediente para atender a demanda da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, de acordo com o que regulamenta o artigo 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, conforme condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 007/2017 e procedimento licitatório e seus anexos, para atender demanda da Defensoria Pública.	1.012,50
7/2018	15/2/2018	São Jorge Construtora e Consultoria Ltda. – ME.	15/2/18	15/2/19	Aquisição de serviços visando à adequação e reforma predial dos núcleos da Defensoria Pública, conforme a necessidade institucional.	27.645,91
8/2018	26/2/2018	Luiz Cesar Kawasaki e Cia Ltda.	26/2/18	26/2/20	Locação veículos.	209.916,00
9/2018	28/2/2018	Propag Turismo Ltda .	28/2/18	28/2/19	Aquisição de passagens aéreas, para atender a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.	70.827,96
10/2018	18/4/2018	MT Solução Ambiental Ltda – ME.	18/4/18	18/4/19	Empresa de prestação de serviços de dedetização do imóvel onde será instalada a nova sede administrativa da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.	1.435,00
11/2018	10/5/2018	Polo Ar Condicionado Serviços de Refrigeração Ltda – EPP.	18/4/18	18/4/19	Empresa para pré-instalação de ar condicionado e outros, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e no interior.	11.492,20
12/2018	23/4/2018	MT Solução Ambiental Ltda – ME.	23/4/18	23/4/19	Contratação de empresa para prestação de serviços	432,14



Contrato N°	Data da Assinatura	Credor	Vigência		Objeto	Valor R\$
					de dedetização no Núcleo Cível e no Núcleo de propositura de iniciais de Cuiabá da Defensoria Pública.	
13/2018	2/7/2018	Basei & Basei Ltda - ME	2/7/18	2/7/20	Locação de imóvel	24.099,72
14/2018	25/4/2018	Lavanderia Fenix e Terceirização em Serviços.	25/4/18	25/4/19	Prestação de serviço de limpeza, lavagem e higienização de carpetes e móveis estofados, para atender a nova sede administrativa da Defensoria Pública.	2.724,98
15/2018	26/4/2018	C N de Paula Martins – Edcar Bateriais.	26/4/18	26/4/19	Aquisição de 01 (uma) bateria de 90 amperes, para o veículo Toyota Hilux sw4 – placa NPD 0012 que atende a Corregedoria da Defensoria Pública.	400,00
16/2018	27/7/2018	Robson Willian Leite Bruno.	27/7/18	27/7/19	Copo descartável de 120 caixas.	5.760,00
17/2018	2/5/2018	CSM Comércio em Sistemas de Segurança Eireli - EPP	2/5/18	2/5/20	Vigilância monitorada.	17.317,44
18/2018	10/5/2018	Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação.	10/5/18	10/5/20	Internet.	31.248,00
19696/1	10/5/2018	Energisa	10/5/18	-	Fornecimento de energia	-
19/2018	23/5/2018	Studio Comércio Atacadista de Produtos de Informática Ltda.	23/5/18	23/5/19	Aquisição de material de informática – switch, para atender a Defensoria Pública	24.660,00
20/2018	21/6/2018	Everson Gomes da Silva – ME.	21/6/18	21/6/19	Empresa para lavagem de veículos, para atender as necessidades da Defensoria Pública.	12.484,00
21/2018	18/6/2018	Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação.	18/6/18	18/6/20	Internet.	69.648,00
22/2018	18/6/2018	VR Climatização e Comercio de Ar Condicionado Ltda – EPP.	18/6/18	18/6/19	A aquisição de condicionadores de ar, para atender a nova sede da Defensoria Pública.	10.519,98
23/2018	18/6/2018	Dismeq Comercial Importadora de Máquinas para Escritório Ltda – EPP.	18/6/18	18/6/19	Aquisição de condicionadores de ar, para atender a nova sede da Defensoria Pública.	18.271,50
24/2018	26/6/2018	Keytiane da Silva Morosini (nome fantasia - Focco Arquitetura e Engenharia).	26/6/18	26/6/19	Contratação de empresa para execução dos serviços de adequação do padrão de entrada de energia elétrica, conforme projeto aprovado pela concessionária	11.833,00



Contrato N°	Data da Assinatura	Credor	Vigência		Objeto	Valor R\$
					Energisa, tendo em vista a necessidade de aumento da demanda de energia elétrica no Núcleo de Alta Floresta/MT.	
25/2018	26/6/2018	Wanda Comércio de Móveis e Informática para Escritório Ltda – EPP.	26/6/18	26/6/18	Condicionadores de ar feita no ano de 2016 por meio de adesão carona da Ata de Registro de Preços nº 024/2015 – Fundação Uniselva – UFMT.	100.529,00
26/2018	10/8/2018	Studio Comercio Atacadista de Produtos de Informática Ltda.	10/8/18	10/8/19	Aquisição de computadores.	1.158.000,00
27/2018	16/7/2018	Soneli Delazari.	16/7/18	16/7/20	Locação de imóvel.	32.825,16
28/2018	17/7/2018	NV Franco Comércio e Serviços de Informática e Climatização Eireli – ME.	17/7/18	17/7/19	Aquisição de um bebedouro elétrico, para atender a Defensoria Pública do Núcleo de Nova Mutum/MT.	440,00
29/2018	19/7/2018	Posto Leblon Ltda.	19/7/18	19/7/19	Combustível.	384.250,00
30/2018	27/7/2018	NV Franco Comércio e Serviços de Informática e Climatização Eireli - ME.	27/7/18	27/7/19	Bebedouro elétrico.	440,00
31/2018	1º/8/2018	Expecta Serviços de Engenharia Ltda – Me.	1º/8/18	1º/8/19	Adequação predial.	1.179,72
32/2018	1º/8/2018	TMF Comércio Serviços e Representações Eireli EPP.	1º/8/18	1º/8/19	Adequação predial.	1.840,12
33/2018	17/8/2018	Dismeq Comercial de Máquinas para Escritório Ltda.	17/8/18	17/8/19	Bebedouro industrial.	3.800,00
34/2018	17/8/2018	NV Franco Comércio e Serviços de Informática e Climatização Eireli – ME.	17/8/18	17/8/19	Bebedouro elétrico.	440,00
35/2018	21/8/2018	Polo Ar Condicionado Serviços.	21/8/18	21/8/19	Desinstalação, limpeza e instalação de ar.	3.750,00
36/2018	24/8/2018	Polo Ar Condicionado e Serviços.	24/8/18	24/8/19	Desinstalação, limpeza e instalação de ar	4.250,00
37/2018	24/8/2018	Dismeq Comercial de Máquinas para Escritório Ltda.	24/8/18	24/8/19	Condicionadores de ar.	13.462,50
38/2018	24/8/2018	VR Climatização e Comercio de Ar Condicionado Ltda – EPP.	24/8/18	24/8/19	Condicionadores de ar.	13.046,66
39/2018	13/9/2018	Mg Construtora e Prestadora de Serviços Eireli – ME.	13/9/18	13/9/19	Manutenção de ar.	47.815,50
40/2018	5/10/2018	Marcelina de Fátima Quinzani Alves Pereira – ME.	5/10/18	5/10/19	Locação de imóvel.	28.800,00
41/2018	8/10/2018	Studio Comércio Atacadista de Produtos de Informática Ltda.	8/10/18	8/10/19	Computadores.	400.000,00
42/2018	8/10/2018	São Jorge Construtora e	8/10/18	8/10/19	Adequação predial.	18.261,18



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: secex-estadual@tce.mt.gov.br

Contrato N°	Data da Assinatura	Credor	Vigência		Objeto	Valor R\$
		Consultoria Ltda – ME.				
43/2018	10/10/2018	VR Climatização e Comercio de Ar Condicionado Ltda. – EPP.	10/10/18	10/10/19	Contratação de empresa para fornecimento de 06 condicionadores de ar, para atender as necessidades da Defensoria Pública no Núcleo de Campo Novo do Parecis.	19.080,00
44/2018	17/10/2018	Dismeq Comercial de Máquinas para Escritório Ltda.	17/10/18	17/10/19	Bebedouro.	1.900,00
45/2018	19/10/2018	Dismeq Comercial de Máquinas para Escritório Ltda.	19/10/18	19/10/19	Condicionadores de ar.	19.080,00
46/2018	22/10/2018	Dismeq Comercial de Máquinas para Escritório. Ltda.	22/10/18	22/10/19	Condicionador de ar.	2.274,00
47/2018	23/10/2018	Dismeq Comercial de Máquinas para Escritório Ltda.	23/10/18	23/10/19	Condicionadores de ar.	15.425,00
48/2018	24/10/2018	MG Construtora e Prestadora de Serviços Eireli – ME.	24/10/18	24/10/19	Desinstalação, limpeza e instalação de ar.	3.292,80
49/2018	24/10/2018	Polo Ar Condicionado Serviços.	24/10/18	24/10/19	Desinstalação, limpeza e instalação de ar.	5.484,60
50/2018	25/10/2018	Dismeq Comercial Importadora de Máquinas para Escritório Ltda – EPP.	25/10/18	25/4/18	Aquisição de 10 condicionadores de ar, para atender a Defensoria Pública no Núcleo Criminal de Cuiabá.	20.498,66
51/2018	25/10/2018	Trunk Serviços Gerais Ltda.	25/10/18	25/4/18	Empresa para prestação de serviços de recepção, copeiragem e limpeza, higienização e conservação predial para atender à Defensoria Pública.	85.864,80
52/2018	25/10/2018	Multus Comercial Ltda – ME.	25/10/18	25/10/19	Persianas.	1.500,40
53/2018	5/11/2018	Coplan consultoria e planejamento Eireli – EPP.	5/11/18	5/11/19	Sistema.	559.438,30
54/2018	5/11/2018	Polo ar condicionado serviços.	5/11/18	5/11/19	Instalação de ar.	800,00
55/2018	30/10/2018	Procria Comercio de Produtos Agropecuários Ltda – ME.	30/10/18	30/10/19	Bombas.	1.980,00
56/2018	14/11/2018	Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação – MTL.	14/11/18	14/11/19	Serviços de TI.	337.872,48
57/2018	23/11/2018	Jaime Trentin & Cia Ltda. – ME.	23/11/18	23/11/19	Estantes em aço.	55.255,53
58/2018	26/11/2018	União Comunicação Visual Eireli.	26/11/18	26/11/19	Púlpito	1.970,00
59/2018	26/11/2018	São Jorge Construtora e Consultoria Ltda me.	26/11/18	26/11/19	Gesso e placa cimentícia.	2.244,80



Contrato N°	Data da Assinatura	Credor	Vigência		Objeto	Valor R\$
60/2018	27/11/2018	Studio comercio atacadista de produtos de informática Ltda.	27/11/18	27/11/19	Scaners.	67.812,47
61/2018	28/11/2018	Polo Ar Condicionado Serviços de Refrigeração Ltda – EPP.	28/11/18	28/11/19	Pré – instalação de ar condicionado.	2.370,00
62/2018	29/11/2018	Polo Ar Condicionado Serviços de Refrigeração Ltda EPP.	29/11/18	29/11/19	Pré-instalação, desinstalação e instalação de ar condicionado.	2.927,00
63/2018	29/11/2018	Polo Ar condicionado Serviços de Refrigeração Ltda - EPP.	29/11/18	18/6/19	Instalação de ar condicionado, para atender a Defensoria Pública no Núcleo de Cáceres.	450,00
64/2018	3/12/2018	TMF Comércio Serviços e Representações Eireli – EPP.	3/12/18	3/12/19	Manutenção predial.	32.639,32
65/2018	Numeração não foi utilizado como contrato.	Numeração não foi utilizado como contrato	-	-	Numeração não foi utilizado como contrato	0
66/2018	7/12/2018	Tat. Administradora de Serviços Eireli.	7/12/18	7/12/19	Manutenção predial.	157.938,86
67/2018	7/12/2018	Polo ar condicionado serviços de refrigeração Ltda Epp.	7/12/18	7/12/19	Pré-instalação, desinstalação e instalação de ar condicionado.	26.705,00
68/2018	7/12/2018	Data manager prestadora de serviços de informática Ltda me.	7/12/18	7/12/19	Nobreaks.	26.700,00
69/2018	7/12/2018	Mem Tecnologia Eireli – EPP.	7/12/18	7/12/19	Switch e rack.	7.484,80
70/2018	26/12/2018	Campos Engenharia e Construções Eireli.	26/12/18	26/12/19	Reforma predial.	29.267,35
71/2018	17/12/2018	Propag Turismo Ltda.	17/12/18	17/12/19	Passagens aéreas.	70.827,96
Total						4.382.217,70

Fonte: Relação fornecida pela Defensoria Pública - documento digital fls.1/8 nº 182481/2019.

Cabe ressaltar que a fiscalização dos atos e contratos acima mencionados vem sendo realizada pela Secretaria de Controle Externo de Contratações Públicas, tendo em vista a normatização contida na Resolução Normativa TCE/MT nº 7/2018, que dispôs sobre a estrutura e atribuições da área técnica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.



6. PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO INSTAURADOS

6.1 Denúncia

Referente ao exercício de 2018 e após pesquisa no sistema Control-P na data de 14/8/2019, verifica-se que foi instaurado o seguinte processo de fiscalização:

1 – Protocolo: 339520/2018

► **Assunto:** Denúncia Ouvidoria

► **Descrição:** Denúncia formulada à Ouvidoria-Geral deste Tribunal, sob o chamado nº 2110/2018, em desfavor da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, relatando supostas irregularidades atinentes à incidência de Imposto de Renda sobre o adicional de 1/3 de férias. Os autos foram encaminhados à Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, que após análise propôs a notificação do controle interno da unidade gestora para fins de conhecimento e adoção de providências no sentido de apurar os valores do imposto de renda incidente sobre o abono de férias gozadas de competências anteriores e de promover o efetivo recolhimento dos valores devidos aos cofres estaduais (art. 7º da R.N. TCE nº 11/2017). Com fundamento na análise da Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, o Relator, Conselheiro interino João Batista de Camargo Júnior, decidiu pelo encaminhamento dos autos à Secretaria Executiva da Ouvidoria-Geral para fins de controle e divulgação ao denunciante das medidas adotadas.

► **Situação:** Após ser dado conhecimento ao denunciante das medidas adotadas com base nas disposições do artigo 11 da Resolução 11/2017, a presente denúncia foi arquivada.



Verifica-se que, com relação aos demais instrumentos (auditoria, representações, monitoramento e levantamento de fiscalização previstos) nas legislações deste Tribunal, não houve instauração de nenhum outro procedimento.

6.2 Representações

No exercício analisado não foram apresentados processos relativos a Representações contra atos de gestão praticados pelo gestor.

6.3 Tomada de contas

No exercício analisado não foram apresentados processos relativos a Tomada de Contas.

7. POSTURA ANTE OS ALERTAS, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE-MT

- **Protocolo nº:** 46086/2017
- **Assunto:** Contas Anuais de Gestão do exercício de 2017
- **Decisão:** Acórdão nº 598/2018 – TP de 19/12/2018
- **Descrição:** Foram Julgadas **REGULARES**, com **recomendação** as contas gestão do Senhor Sílvio Jéferson de Santana, sendo a Senhora Thereza Cristina S. Peres – assessora especial/pregoeira; **recomendendo** à atual gestão que continue e aprimore as providências já adotadas com o objetivo de reduzir as falhas no controle patrimonial, empregando todo o aparato material e humano, a fim de que o Inventário físico-financeiro de Bens



Imóveis e Móveis reflita o registrado na conta “Imobilizado” do Balanço Patrimonial, em atendimento aos comandos dos artigos 83, 85, 89 e 94 a 96 da Lei nº 4.320/1964. Este Acórdão foi **publicado em 29/1/2019**, portanto após o encerramento do exercício de 2018, a que se refere este relatório.

8. CONCLUSÃO

Registra-se, que a elaboração da amostra referente aos itens que compõem este relatório técnico obedeceu às regras de competência de atuação, definidas na Resolução Normativa nº 7/2018 – TP do TCE – MT, notadamente as que instituíram o caráter residual da Secretaria de Controle Externo da Administração Estadual, diante disso, após as análises efetuadas, não foram constatadas irregularidades que merecem registro neste relatório, com exceção da sugestão de notificação a seguir:

Sugere-se ao Conselheiro Relator que seja notificado o Defensor Público-Geral para que nos procedimentos de concessão de diárias seja observada a forma de pagamento estabelecida no artigo 8º da Instrução Normativa nº 05/2011/DPG, que as diárias sejam pagas antes dos servidores se deslocarem em viagem.



9. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Com os elementos de instrução e análise da unidade técnica e com a manifestação conclusiva do titular desta Secretaria de Controle Externo, propõe-se encaminhar os autos ao Conselheiro Relator nos termos do artigo 192 e Parágrafo Único do RITCE/MT.

**Secretaria de Controle Externo de Administração Estadual, em
Cuiabá, 13 de setembro de 2019.**

Silvano Alex Rosa da Silva
Auxiliar de Controle Externo

Marilene Dias de Oliveira
Auditor Público Externo